

ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE GINETES



PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

ANO LETIVO 2019 - 2020



Conteúdo

Introdução.....	5
1. Fundamentação legal	6
2. Núcleos escolares da unidade orgânica	7
3. Órgãos de administração e gestão	8
4. Calendário escolar 2019/2020	10
5. Horário letivo	11
6. Critérios de constituição de turmas/horários	12
6.1 Critérios de elaboração de horários.....	16
7. Critérios de distribuição do serviço letivo	17
Critérios gerais.....	17
Critérios específicos.....	18
Distribuição/ocupação da componente não letiva de escola.....	18
Critérios de nomeação dos diretores de turma	19
Desdobramentos e pares pedagógicos	20
8. <i>Princípios orientadores da ação pedagógica da escola</i>	21
O Currículo Regional da Educação Básica (CREB)	21
Metas Curriculares e Aprendizagens Essenciais.....	22
Opções Curriculares	23
9. Matrizes Curriculares.....	25
Pré-Escolar.....	25
1º CICLO	26
2º Ciclo	27
3º Ciclo	28
Programa Oportunidade II	29



PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA	
Programa Oportunidade III/Profissionalizante.....	30
Matrizes Curriculares das turmas do Regime educativo Especial	31
CURSO – Programa Formativo de Inserção de Jovens – PROFIJ- NÍVEL II – TIPO 2	37
10. Atividades de Enriquecimento e Complemento Curricular.....	40
Atividades de Complemento Curricular/Clubes	42
Orientações e Normas de Enquadramento das Visitas de Estudo e Atividades de Complemento Curricular.....	43
11. Serviços Especializados de Apoio Educativo	43
12. Apoio Educativo.....	44
Pré-Escolar.....	44
1º Ciclo	44
2º e 3º Ciclos	45
13. Avaliação.....	46
Critérios Gerais de Avaliação	47
Critérios Específicos de Avaliação	47
Instrumentos de Avaliação.....	48
Modalidades de Avaliação	49
Formalização da Avaliação	52
Educação Pré-Escolar	52
Formalização da Avaliação Sumativa	52
13.6 Procedimentos da Avaliação.....	54
14. Condições de Transição e Aprovação.....	55
Educação Pré-Escolar	55
- 1º Ciclo do Ensino Básico	57
- 2.º E 3º Ciclos do Ensino Básico.....	57
PROFIJ.....	59



PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

Avaliação e Duração do Programa Oportunidade.....	60
Avaliação dos Programas do Regime Educativo Especial	61
15. Formação	64
16. Divulgação do Projeto Curricular de Escola	65
17. Acompanhamento e Avaliação do Projeto Curricular de Escola	65
Anexos.....	66
Anexo 1 - ProSucesso da EBI Ginete.....	67
Anexo 2 - Critérios de Avaliação do 1º Ciclo	72
Anexo 3 -Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular.....	80
Anexo 4 -Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular.....	91



INTRODUÇÃO

O projeto curricular de escola (PCE) constitui, a par do projeto educativo (PEE), do regulamento interno (RI) e do plano anual de atividades (PAA), um instrumento de autonomia das unidades orgânicas.

De acordo com o estipulado n.º 2 do artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional nº13/2013/A, de 30 de agosto, “a autonomia tem como principal objetivo a promoção do sucesso educativo dos alunos, a melhoria dos resultados escolares e a prevenção do abandono escolar”. Neste sentido, o Projeto Curricular não pode ser um documento estanque e acabado mas antes um instrumento útil e profícuo, que vai sendo avaliado e reformulado anualmente, numa busca constante para melhorar a sua ação com vista ao sucesso educativo dos alunos.

O PCE da EBI de Ginetes foi, assim, construído com o intuito de operacionalizar o PEE, tendo em consideração os objetivos aí estabelecidos, visando a melhoria dos resultados escolares e o sucesso educativos dos alunos; neste contexto, o PCE teve ainda em conta o conjunto de estratégias e medidas estabelecidas no Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar (ProSucesso) da unidade orgânica.



1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

No âmbito da autonomia da unidade orgânica, é estabelecido o PCE, de acordo com a alínea r) do art.º 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto (Regime de criação de autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional).

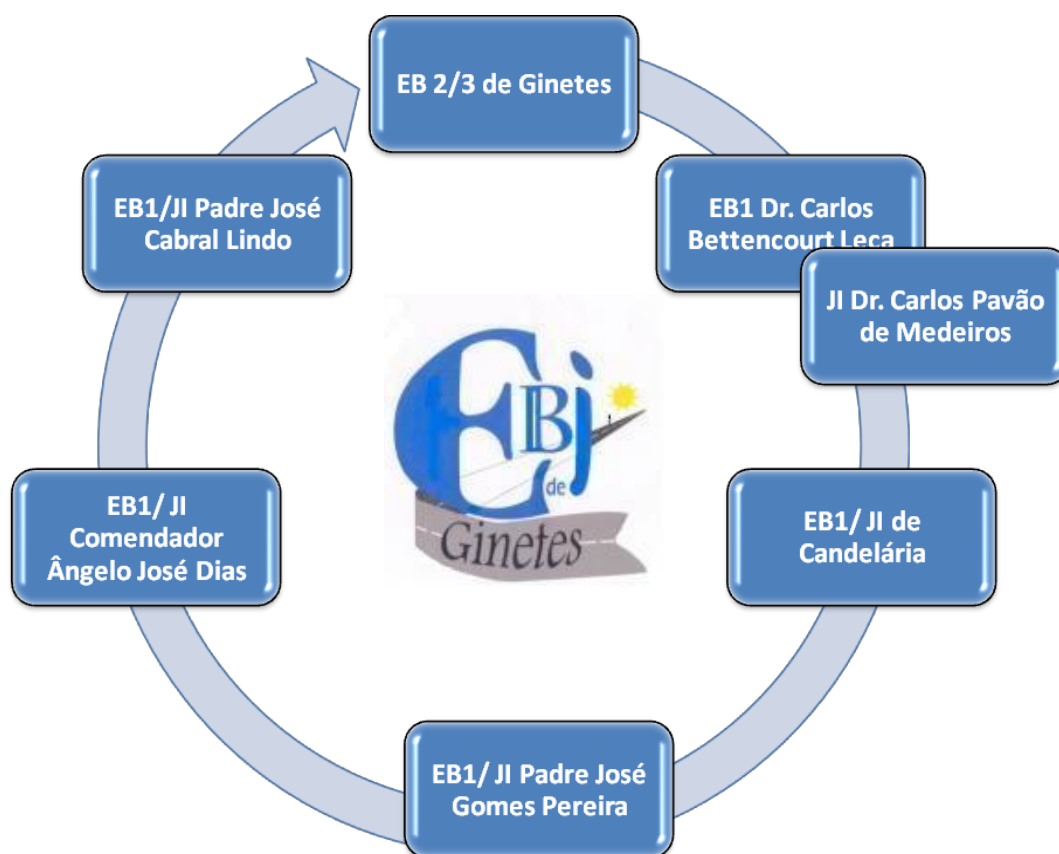
O PCE é, assim, o documento que «estabelece as orientações curriculares a seguir pela unidade orgânica em matéria de desenvolvimento curricular, avaliação e gestão pedagógica dos alunos».

O PCE respeita o Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010/A, de 24 de junho, que estabeleceu os Princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional, assim como o Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2011/A, de 2 de agosto, que estabelece o conjunto de competências-chave e aprova o referencial Curricular para a Educação Básica na Região Autónoma dos Açores.

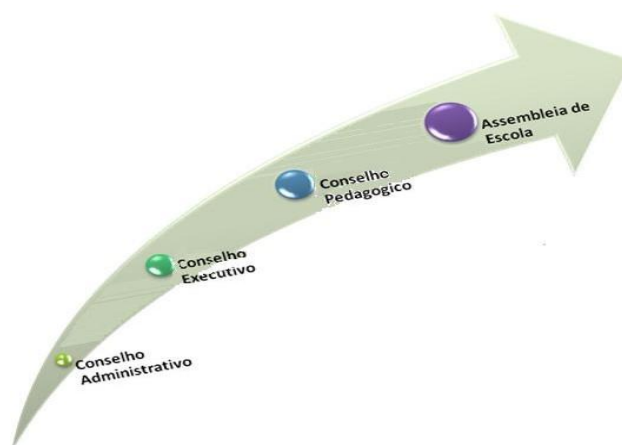
Na elaboração do PCE, foram consideradas as Aprendizagens Essenciais (AE) referentes ao Ensino Básico são homologadas pelo Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho, e o **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória**, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho.

2. NÚCLEOS ESCOLARES DA UNIDADE ORGÂNICA

A EBI de Ginetes situa-se numa zona rural, a cerca de 25 Km de Ponta Delgada, e integra cinco núcleos escolares, localizados nas freguesias de Feteiras (EB1/JI Padre José Gomes Pereira), Candelária (EB1/JI Candelária), Ginetes (EB1 Dr. Carlos Bettencourt de Leça, Jardim de Infância Dr. Carlos P. Medeiros e a EB 2, 3 de Ginetes), Mosteiros (EB1/ JI Comendador Ângelo José Dias) e freguesia das Sete Cidades (EB1/JI Padre José Cabral Lindo).



3. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO



Composição da Assembleia de Escola
Presidente – Maria Gorete Xavier
Presidente do Conselho Executivo - Paulo Alexandre Silva
Presidente do Conselho Pedagógico – Luís Quadros
Representantes do Pré-Escolar – Catarina Ferreira/Maria João Guedes
Representantes do 1º Ciclo - Maria José Barbosa / Márcia Medeiros Cabral
Representantes do 2º Ciclo – Ana Isabel Madeira/ Heidi Matias
Representantes do 3º Ciclo – João Pavão / João Pinto
Representantes do Ensino Especial – Maria Gorete Xavier
Representantes do Pessoal Não Docente – João Paulo Simões
Representantes dos Encarregados de Educação – Fernanda Almeida / Ana Cordeiro / Manuela Medeiros / Lília Almeida / Maria Graciete Filipe
Representante do Pessoal Administrativo – Andrea Pereira
Representante do Pessoal Autarquia – Sara Arruda (CM Ponta Delgada)
Representante da Associação Cultural – Nélia Viveiros (Ass. de Juv. De Candelária)



Composição do Conselho Pedagógico
Presidente – Luís Quadros
Presidente do Conselho Executivo - Paulo Alexandre Silva
Departamentos Curriculares Educação Pré-Escolar – Ana Pereira 1.º Ciclo – Ricardo Coroa Ciências Sociais e Humanas – Luís Quadros Línguas – Andrea Fonseca Matemática e Informática – Jorge Rodrigues Ciências Físicas e Naturais - Maria José Aurélio Expressões – Marco Fernando
Coordenador dos Diretores de Turma – Elsa Rego
Coordenador da Educação Especial – Sónia Teixeira
Coordenador do ProSucesso – Pedro Bermonte
Psicóloga Escolar – Cátia Baganha
Representante dos Assistentes Operacionais/Técnicos – Filipe Bettencourt
Representante dos Pais e Encarregados de Educação – Paulo Assunção

Composição do Conselho Executivo
Presidente - Paulo Alexandre Silva
Vice-Presidente - (Apoio Educativo/Ed. Pré-Escolar, 1º Ciclo e Ed. Especial) - Márcio Ferreira
Vice-Presidente - (2º ciclo/ 3º ciclo/PROFIJ) – João Carvalho
Assessora – Helena Carreiro

Composição do Conselho Administrativo	
Presidente	- Paulo Alexandre Silva
Vogal	– João Carvalho
Vogal	- Andrea Maria Pereira

4. CALENDÁRIO ESCOLAR 2019/2020

O ano escolar é entendido como o período compreendido entre o dia 1 de setembro de cada ano e o dia 31 de agosto do ano seguinte.

Períodos	Atividades letivas	Interrupções
1º Período	Início – 16 de setembro Final – 17 de dezembro	18 dezembro – 3 janeiro
2º Período	Início – 6 de janeiro Final – 27 de março	24, 25 e 26 de fevereiro (Carnaval) 30 de março a 13 de abril
3º Período	Início – 14 de abril Final – 9 de junho (2º ciclo e 7º e 8º ano) 9.º ano termina no dia 4 de junho. Pré-Escolar e 1º ciclo terminam no dia 19 de junho	
	Formação Docente Janela de julho – de 8 a 12 de julho	

5. HORÁRIO LETIVO

N.º de grupos/turmas	Ciclo	Horário
8 Grupos	Pré-Escolar	9h às 15h (na primeira semana de aulas os alunos saem às 12h30h para uma melhor adaptação à realidade escolar) Entrada 9:00 h. Almoço das 12:30 às 13:30h. Saída 15:00h
17 Turmas	1º Ciclo	9h às 15h (3 dias na semana) e 9h às 15h45m (2 dias na semana). Almoço das 12:30h às 13:30h
6 Turmas	2º Ciclo	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 16:50h (3 dias na semana) 12:40h 5º Ano e 13.25 6º Ano (quarta-feira) 13:25h e 12:40h (sexta-feira) Almoço: 12:40h - 13:40h
9 Turmas	3º Ciclo	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 16:50h (3 dias na semana) 12:40 7º Ano e 13:25h 8º e 9º Anos (quarta-feira) 15:55h (sexta-feira) Almoço: 12:40h - 13:40h 13:25h – 14:25h (sexta-feira)
1 Turma	PCA I	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 15:10h (1 dia na semana) 16:05h (1 dia na semana) 12:40h (1 dia na semana) 13:25h (2 dias na semana) Almoço: 12:40h - 13:40h (3 dias na semana)
1 Turma	PCA II	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 15:10h (2 dias na semana – segunda e quinta-feira) 12:40h (1 dia na semana – terça-feira) 13:25h - (2 dias na semana - quarta e sexta-feira) Almoço: 12:40h - 13:40h
2 Turmas	PCA III	7º Ano Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 16:05h (segunda e terça-feira) 13:25h (quarta e sexta-feira) 16:50h (quinta-feira) Almoço: 12:40h - 13:40h 9º Ano Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 16:05h (segunda-feira) 16:50 (terça-feira) 13:25h (quarta e sexta-feira) 15:10h (quinta-feira) Almoço: 12:40h - 13:40h

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

1 Turma	PEREE-DOV	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 12:40h (quinta-feira) 13:25h (quarta e sexta-feira) 15:10h (terça-feira) 16:50h (segunda-feira) Almoço: 12:40h - 13:40h
1 Turma	PEREE-Pré- Profissionalização	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 12:40h (1 dia na semana, terça-feira) 13:30h (1 dia na semana, quarta-feira) 14:25h (1 dia na semana, segunda-feira) 15:10h (2 dias na semana, quinta e sexta-feira) Almoço: 12:40h – 13:40h

1 Turma	PEREE-Ocupacional	Entrada: 9:00h (todos os dias da semana) Saída: 15:00h (todos os dias da semana)
1 turma	OPII	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Almoço: 12:40 - 13:40h Saída: 15:10h (segunda-feira) 14:25h (terça-feira) 12:40h (quinta-feira) 13:25h (quarta e sexta-feira)
1 Turma	OPIII/Profissionalizante	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Almoço: 12:40h - 13:40h e 11:45h – 13:40h Saída: 12:40h (quarta-feira) 15:10h (segunda e terça-feira) 12:40h (quinta-feira) 13:25h (sexta-feira)
1 Turma (1 curso)	PROFIJ Nível II, Tipo 2 Operador Jardinagem	Entrada: 8:30h (todos os dias da semana) Saída: 16:05h (3 dias na semana) 12:40h (quarta-feira) 16:50h (segunda-feira) Almoço: 12:40h - 13:40h

6. CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DE TURMAS/HORÁRIOS

O art.º 21.º da Portaria n.º 75/2014, de 18 de novembro de 2014, que aprovou o regulamento da gestão administrativa e pedagógica de alunos (RGAPA), estabelece os seguintes critérios, considerados pela EBI de Ginetes na constituição das turmas:

«1 - Na constituição das turmas devem prevalecer critérios de natureza pedagógica definidos no projeto educativo da escola, competindo ao presidente do conselho executivo aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelas regras constantes do presente Regulamento.

2 - Na constituição das turmas devem considerar-se, entre outros, os seguintes critérios:

a) A realidade social da comunidade em que a escola se insere, evitando-se a segregação social, a segregação por sexos e a formação de grupos que possam propiciar a manutenção ou fomento, no interior da escola, de fenómenos de exclusão social;

b) A continuidade, se possível, do grupo-turma do ano letivo precedente, sem prejuízo das orientações dos conselhos de núcleo e dos conselhos de turma, devidamente fundamentadas, em ata de reunião;

c) O percurso formativo dos alunos;

d) A língua estrangeira e a disciplina opcional dos alunos;

e) O nível etário dos alunos;

f) O número de alunos retidos;

g) A capacidade do estabelecimento de educação e ensino;

h) As características dos espaços/infraestruturas escolares;

i) A rede de transportes coletivos.

3 - Exceto nas escolas de lugar único e nas disciplinas em que deva ser feita a junção de alunos, nos termos do presente Regulamento, não é permitida a constituição de turmas agrupando alunos de mais de dois anos de escolaridade.

4 - Não podem ser constituídas turmas apenas com alunos em situação de retenção, devendo ser respeitada, em cada turma, a heterogeneidade do público escolar, com exceção de projetos devidamente fundamentados pelo presidente do conselho executivo ou regulamentados por diploma próprio, ouvido o conselho pedagógico.

5 - Quando, por razões pedagógicas, disciplinares ou outras, se mostre conveniente a mudança de um aluno de uma turma para outra, esta poderá ser autorizada pelo conselho

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

executivo, em qualquer momento do ano letivo, após parecer do conselho de núcleo, no caso do 1.º ciclo, ou dos conselhos de turma envolvidos, nos restantes ciclos do ensino básico e ensino secundário, nas diversas modalidades.

6 - Sempre que possível, devem ser constituídas equipas pedagógicas estáveis que integrem docentes das diferentes disciplinas do ano de escolaridade e assegurem o acompanhamento das turmas ao longo do ciclo de ensino.

7 - A distribuição do serviço docente, no 2.º ciclo, deve assegurar que cada docente leccione à mesma turma as disciplinas, ou áreas disciplinares, relativas ao seu grupo de recrutamento».

Para além dos critérios legalmente previstos, a EBI de Ginetes, tanto na constituição de turmas como na elaboração de horários, considerou ainda os seguintes critérios:

A - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Na constituição dos grupos da educação pré-escolar são considerados os seguintes critérios:

- a) O nível etário dos alunos;
- b) O número de frequências de cada aluno.

Deverá ter igualmente em atenção casos específicos em termos de nível de desempenho, atitudes e comportamentos.

Contudo, na maioria dos estabelecimentos de educação, o número de alunos não possibilita a organização das turmas segundo os critérios supracitados, constituindo-se, desta forma, turmas heterogéneas.

São admitidas crianças com três anos feitos até 15 de setembro até à idade de ingresso no 1º Ciclo, podendo ainda ser admitidas as crianças com dois anos de idade, desde que já tenham o controlo de esfíncteres, completem os três anos até ao dia 31 de dezembro do ano de ingresso e mediante o requerimento do encarregado de educação ao Presidente do Conselho Executivo.

No que concerne à elaboração dos horários, a Educação Pré-Escolar planifica e desenvolve todo o seu trabalho segundo as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, que especificam várias áreas de conteúdo, que devem ser abordadas de

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

forma holística, abrangendo diferentes tipos de aprendizagens, não apenas de conhecimento, mas também promovendo as atitudes e o saber fazer. Importa mencionar que todas as salas de jardim-de-infância beneficiam do apoio de um professor especializado em Educação Física, de 45 minutos semanais, contribuindo para o desenvolvimento da expressão motora das crianças.

Na Educação Pré-escolar, o educador de infância tem autonomia e flexibilidade para conceber e desenvolver o currículo, gerindo o seu tempo letivo (25 horas semanais) e todo o ambiente educativo, desde o espaço, os materiais, a organização do grupo, a relação com os parceiros educativos, pais e instituições locais. Importa referir que essa gestão do trabalho curricular do educador de infância tem sempre um carácter intencional e de interação entre as diferentes áreas, mobilizando as competências e conhecimentos necessários para desenvolvimento integrado da criança. Toda esta ação pedagógica do educador é pautada pelos princípios enunciados nos seguintes diplomas:

- a) Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro);
- b) Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro);
- c) Decreto Legislativo Regional n.º 14/98/A, de 4 de agosto;
- d) Portaria nº75/2014, de 18 de novembro;
- e) Orientação Curriculares para a Educação Pré-escolar, aprovadas pelo Despacho Normativo Nº 1/2002 de 3 de Janeiro;
- f) Despacho n.º 9180/2016 do Secretário de Estado da Educação, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 137 — 19 de julho de 2016, que homologa as «Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar»;
- g) Circular Nº. C-DRE/2016/20, de 29/09/2016 – Aplicação da Orientações curriculares para a educação pré-escolar na RAA.

B - 1.º CICLO

Na constituição das turmas do 1.º Ciclo são considerados os seguintes critérios:

Do jardim-de-infância para o 1.º ciclo do Ensino Básico as turmas deverão transitar em bloco, salvo casos particulares devidamente referenciados pelos respetivos Educadores de Infância.

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

Nos anos intermédios deverá atender-se, não só ao contemplado na lei, mas também aos casos específicos em termos de nível de desempenho, atitudes e comportamentos.

No que concerne à elaboração dos horários, estes deverão, sempre que possível, atender às seguintes orientações:

A disciplina de Educação Física deverá ser lecionada antes da hora do almoço, em três tempos de 45 minutos, 2 deles coadjuvados com o professor do 2.º ciclo.

A disciplina do Inglês deverá ser lecionada preferencialmente à tarde.

O horário da turma, considerando a distribuição das áreas curriculares, é elaborado pelo Conselho Executivo tendo em conta as características e necessidades do grupo.

C - 2º CICLO

Na constituição das turmas do 2.º Ciclo são considerados os seguintes critérios:

- A continuidade pedagógica –no 5.º ano, as turmas são constituídas tendo como referência as turmas do 4.º ano, tendo ainda em consideração as indicações dos Conselhos de Turma dos anos anteriores;
- Os alunos que estejam matriculados nas áreas curriculares, de Educação Moral e Religiosa (EMRC) ou Desenvolvimento Pessoal e Social (DPS), devem ser, caso haja alunos suficientes, agrupados em turmas completas;
- Os alunos transferidos de outros programas educativos, que apresentem dificuldades ou que tenham ficado retidos, devem ser incorporados em turmas conforme a legislação em vigor e/ou respeitando as indicações dos Conselhos de Turma.

D - 3º CICLO

Na constituição das turmas do 3.º Ciclo são considerados os seguintes critérios:

- Devem manter-se as turmas do 2º Ciclo, promovendo-se a continuidade pedagógica, ao longo do ciclo;
- As turmas devem ser constituídas tendo em conta as orientações emanadas pelos conselhos de turma, no ano letivo anterior.

6.1 CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DE HORÁRIOS

Sem prejuízo dos critérios de elaboração de horários estabelecidos nos artigos 29.º a 32.º do RGAPA, a unidade orgânica teve ainda em consideração os seguintes critérios:

- Atender aos recursos disponíveis na escola;
- Considerar as necessidades pedagógicas identificadas;
- Ter em conta os horários dos transportes escolares;
- As disciplinas que são submetidas a avaliação externa final deverão, sempre que possível, ser lecionadas no período da manhã;
- As disciplinas teóricas deverão ter, sempre que possível, um bloco da parte da manhã;
- A disciplina de Educação Física e as disciplinas de expressões artísticas, deverão ser intercaladas com as disciplinas teóricas, privilegiando assim uma distribuição equilibrada entre as disciplinas de carácter teórico e prático;
- Os horários serão elaborados de forma a possibilitar aos alunos a frequência de apoios educativos e atividades de enriquecimento curricular.

7. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO LETIVO

7.1 CRITÉRIOS GERAIS

No que se refere à distribuição do serviço docente, da responsabilidade do Conselho Executivo, e sem prejuízo do disposto no art.º 32.º na Portaria n.º 75/2014 de 18 de novembro (RGAPA) e nos artigos 110.º a 113.º e 117.º a 127.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro (ECD), são considerados os seguintes critérios:

- A continuidade pedagógica;
- O número de disciplinas/níveis a atribuir a cada docente;
- A distribuição do serviço docente, no 2.º ciclo, deve assegurar que cada docente leccione à mesma turma as disciplinas, ou áreas disciplinares, relativas ao seu grupo de recrutamento;
- A leção da disciplina de Cidadania deverá ser assegurada pelo Diretor de

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA
Turma em par pedagógico;

- As disciplinas de Educação Física, Inglês e Educação Moral e Religiosa Católica, no 1º ciclo, serão lecionadas preferencialmente por um professor do 2.º ciclo: Educação Física em dois tempos de 45 minutos; Inglês em dois tempos de 45 minutos; EMRC num tempo de 45 minutos. Estas áreas curriculares são preferencialmente lecionadas no período da tarde;
- Não atribuição de mais de três níveis curriculares disciplinares ou não disciplinares distintos, salvaguardadas as situações em que o número de docentes ao serviço do estabelecimento de ensino não permita outra distribuição.

7.2 CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

A distribuição do serviço docente tem em atenção os seguintes critérios específicos:

- Gestão equilibrada do número de professores por áreas e disciplinas, constituindo, sempre que possível, equipas educativas de professores com turmas comuns;
- Necessidades da escola;
- A adequação do perfil do professor à turma, nomeadamente naquelas onde existem problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, etc;
- Graduação profissional;
- A distribuição equilibrada de níveis pelos vários professores do grupo/disciplina, o que inclui um número máximo de seis turmas a atribuir a cada docente, e em situações excecionais, de sete, de acordo com as necessidades da escola e a legislação em vigor. O número de turmas a atribuir a cada docente só poderá ser superior ao referido anteriormente nas disciplinas cuja carga horária atribuída seja apenas de um “bloco” de 90 minutos ou “meio bloco” de 45 minutos;
- Atender à ficha de preferências preenchida por cada professor no final do ano letivo, sempre que seja exequível.

A atribuição do horário letivo deve privilegiar, sempre que possível, os docentes que se encontrem nas seguintes situações:

- Docentes do *Quadro de Escola*;
- Docentes destacados em regime de afetação;
- Docentes contratados



7.3 DISTRIBUIÇÃO/OCUPAÇÃO DA COMPONENTE NÃO LETIVA DE ESCOLA

A componente não letiva de estabelecimento compreende a realização das seguintes atividades, com e sem alunos:

- Acompanhamento de alunos;
- Apoio ao laboratório;
- Atendimento aos Encarregados de Educação;
- Atividades de coordenação e afins;
- Atividades de enriquecimento curricular: Clubes, Oficinas, ADES, Eco-escola, Projeto de Saúde Escolar;
- Biblioteca;
- Sala de estudo;
- Sala A+, para orientação do estudo;
- Espaço mais (E+)
- Trabalho de gabinete: reuniões de grupo disciplinar, reuniões de pares pedagógicos, etc.

7.4 CRITÉRIOS DE NOMEAÇÃO DOS DIRETORES DE TURMA

Na atribuição do cargo de direção de turma, o Conselho Executivo terá em conta os seguintes princípios:

- Manter a continuidade no exercício do cargo, sempre que possível, dentro de cada ciclo;
- Pertencer, sempre que possível, ao *Quadro da Escola*, de forma a haver continuidade pedagógica;
- Não havendo professores do *Quadro de Escola*, deve-se atribuir o cargo de acordo com as necessidades da escola;
- Rotatividade, no final do ciclo, na atribuição do cargo, abrangendo, se possível, todo o corpo docente da escola;
- Atribuição equitativa do cargo por todos os Departamentos Curriculares;
- Atribuição do cargo preferencialmente a professor que tenha todos os alunos da turma;
- Às turmas que à partida se tem conhecimento que apresentam problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, etc., a atribuição deste cargo deverá ter

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

em linha de conta o perfil do professor e, preferencialmente, ser um docente com mais experiência no cargo;

Deverá ainda considerar-se, para a atribuição do cargo, que o docente possua preferencialmente o seguinte perfil:

- Tenha um relacionamento interpessoal adequado com os alunos e encarregados de educação;
- Seja capaz de favorecer as interações sociais entre os vários elementos da comunidade educativa;
- Tenha perspicácia na deteção e subtilidade no tratamento de situações/problemas;
- Evidencie capacidade de orientação ativa e dinâmica dos alunos e famílias;
- Mostre disponibilidade para fomentar o carácter integrador e globalizante da formação dos seus alunos;
- Seja um docente já conhecedor do ambiente escolar, do seu meio sociocultural e do Projeto Educativo da Escola.

7.5 DESDOBRAMENTOS E PARES PEDAGÓGICOS

Para combater as dificuldades de aprendizagem dos alunos e aproveitar os recursos humanos existentes na escola, é proposto o desdobramento em turnos nas disciplinas que apresentam uma percentagem elevada de insucesso.

No 6º ano a área curricular de Educação Visual e Tecnológica e a área não disciplinar de História, Geografia e Cultura dos Açores são lecionadas em par pedagógico.

No 3º ciclo, a área curricular de Educação Tecnológica e a área curricular não disciplinar de História, Geografia e Cultura dos Açores, no 8º ano de escolaridade são lecionadas em par pedagógico.

História, Geografia e Cultura dos Açores, no 6º ano de escolaridade é lecionada pelos docentes de História e Geografia de Portugal e de Ciências Naturais, no 8º ano de escolaridade, pelos docentes das disciplinas de História e de Geografia.

Para promoção do sucesso dos alunos, de acordo com o estabelecido no PEE e no ProSucesso no 2º e 3º Ciclos existem ainda pares pedagógicos e desdobramentos a Português, Matemática, Inglês e Francês, de acordo com as necessidades específicas de cada turma, tal como está explicitado nas matrizes curriculares.

Em anexo (Anexo 1) elencam-se os objetivos gerais do ProSucesso em aplicação na unidade orgânica, apresentando-se uma síntese das estratégias definidas.

8. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA

8.1 O CURRÍCULO REGIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA (CREB)

O CREB, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2011/A, de 2 de agosto, define «o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos [do pré-escolar e do ensino básico] que se fundamentam nas características geográficas, económicas, sociais, culturais e político-administrativas dos Açores» e postula que «o grau de especificidade de determinadas características desta região insular é suficientemente acentuado para que as mesmas sejam tidas em conta nas decisões sobre as aprendizagens a promover nas escolas açorianas»; aprova o referencial curricular para a educação básica na Região Autónoma dos Açores e enumera as **competências-chave** estruturantes para a formação integral e integrada dos alunos:

- I. Competência em línguas
- II. Competência matemática
- III. Competência científica e tecnológica
- IV. Competência cultural e artística
- V. Competência digital
- VI. Competência físico-motora
- VII. Competência de autonomia e gestão da aprendizagem
- VIII. Competência social e de cidadania





Ao elencar uma série de competências essenciais do CREB e ao associar as mesmas ao contexto da insularidade e aos temas “Açorianidade” e “Desenvolvimento sustentável”, o referido diploma sugere aprendizagens especialmente significativas para os jovens açorianos, explicitando pistas para a sua contextualização regional. Perspetiva-se que um aluno competente deve ser capaz de realizar tarefas e confrontar situações diversas, de uma forma pertinente e eficaz, num contexto determinado, mobilizando de forma interrelacionada conhecimentos, capacidades e atitudes.

8.2 APRENDIZAGENS ESSENCIAIS e PERFIL DO ALUNO À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

As *Metas Curriculares* identificam as aprendizagens essenciais a realizar pelos alunos em cada disciplina, por ano de escolaridade ou, quando isso se justifique, por ciclo, realçando o que dos programas deve ser objeto primordial de ensino. Sendo específicas de cada disciplina ou área disciplinar, as *Metas Curriculares* identificam os desempenhos que traduzem os conhecimentos a adquirir e as capacidades que se querem ver desenvolvidas, respeitando a ordem de progressão da sua aquisição. Constituem um meio privilegiado de apoio à planificação e à organização do ensino, incluindo a produção de materiais didáticos, e constituem-se como referencial para a avaliação interna e externa, com especial relevância para as provas finais de ciclo e exames nacionais.

De acordo com o Despacho n.º 15971/2012, de 14 de dezembro, a implementação das metas curriculares encontra-se ainda aplicada ao 4º Ano.

As **Aprendizagens Essenciais (AE)** são documentos de orientação curricular base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, conducentes ao desenvolvimento das competências inscritas no Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória (PA).

Para cada ano e área disciplinar/disciplina, as AE elencam os conhecimentos, as capacidades e atitudes a desenvolver por todos os alunos.



As AE são o **Denominador Curricular Comum** para todos os alunos, mas não esgotam o que um aluno deve fazer ao longo do ano letivo. Não são os mínimos a atingir para a aprovação de um aluno, são a base comum de referência.

Permitem libertar espaço curricular para que, em cada escola, se possa promover trabalho articulado entre as AE e as outras aprendizagens previstas nos demais documentos curriculares, com aprofundamento de temas, explorações interdisciplinares diversificadas, mobilização de componentes locais do currículo, entre outras opções, no âmbito dos domínios de autonomia curricular.

O **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória**, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, afirma-se como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem.

As Aprendizagens Essenciais bem como o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, refletem-se já neste ano letivo de 2019/2020, à totalidade do ensino básico, excetuando o 4º Ano de escolaridade.

8.3 OPÇÕES CURRICULARES

As cargas horárias a atribuir às diversas componentes do currículo e a matriz curricular foram definidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010/A, de 24 de junho e o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2019/A que estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional.

Para promoção de maior sucesso educativo e de acordo com o estabelecido no PEE e no ProSucesso, aos horários das turmas do ensino regular, do 6º ano, 8º e 9º ano foram atribuídos 90 minutos de crédito horário, 45 minutos à área curricular de Português e 45 minutos à área curricular de Matemática.

Como alternativa à disciplina de EMRC a escola oferecerá a área curricular não disciplinar de Desenvolvimento Pessoal e Social (DPS).

Em alternativa ao ensino regular, a EBI de Ginetes, oferece, no ano letivo de

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

2018/2019, cursos no âmbito do PROFIJ. O Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ), criado pela resolução n.º 216/97, de 13 de novembro e regulado atualmente pela Portaria n.º 52/2016, de 16 de junho, é uma modalidade de ensino que visa a qualificação de jovens e a sua inserção no mercado de trabalho, através de uma estratégia pedagógica que aproxima o jovem, a escola e a entidade enquadradora.

Nesta escola, é ministrado um curso do PROFIJ: Operador/a de Jardinagem, Nível II, Tipo 2. Este curso confere uma dupla certificação, habilitação académica equivalente ao 3.º ciclo do ensino básico e uma formação profissional qualificante de nível II.

Estão ainda constituídas, no âmbito do Programa Oportunidade, uma turma OPII e uma OPIII/profissionalizante.

No âmbito do Regime Educativo Especial, com vista a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão, a escola dispõe de dispositivos de organização e gestão do currículo, especialmente destinados a alunos abrangidos pelo regime educativo especial, a saber: Programas Específicos do Regime Educativo Especial – Socioeducativo, Despiste e Orientação Vocacional (DOV), Pré-Profissionalização (PP) e Ocupacional. Também Adequações Curriculares Individuais; Apoio Pedagógico Personalizado; Adequações no Processo de Matrícula; Adequações no Processo de Avaliação; Adequações de Turma; Adequações materiais e de equipamentos especiais de compensação e Turmas com Projeto Curricular Adaptado.

A EBI Ginete este ano, dando continuidade ao ano letivo anterior, mantém também as duas Turmas com **Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC)**, uma no 2º ano do primeiro ciclo e outra no 6º ano do segundo ciclo. (Anexos 3 e 4).

9. MATRIZES CURRICULARES

9.1 PRÉ-ESCOLAR

25 horas semanais em monodocência
<ul style="list-style-type: none">- Área de Formação Pessoal e Social - Área de Expressão e Comunicação:<ul style="list-style-type: none">- Domínio da Educação Física- Domínio da Educação Artística<ul style="list-style-type: none">- Subdomínio das Artes visuais- Subdomínio do Jogo Dramático/Teatro- Subdomínio da Música- Subdomínio da Dança;- Domínio da Linguagem oral e Abordagem à Escrita- Domínio da Matemática - Área do Conhecimento do Mundo

9.21º CICLO

Componentes do currículo			Mínimo de tempos semanais (a)	
Áreas curriculares disciplinares	Nucleares		Português Matemática Estudo do Meio Expressões Expressão Físico- Motora	8 x 45' 8 x 45' 6 x 45' 3 x 45' 3 x 45'
	De enriquecimento	De oferta e frequência obrigatória	Língua Estrangeira Inglês	2x45'
		De oferta obrigatória e frequência facultativa	Educação Moral e Religiosa	1 x45'
Áreas curriculares não disciplinares	Nucleares		Cidadania	1 x45'
	De enriquecimento	De oferta obrigatória e frequência facultativa	A definir pela UO	A definir pela UO

9.21º CICLO

MATRIZ CURRICULAR - 1º Ano

Componentes do currículo		Carga horária semanal (45min)
<i>Cidadania e Desenvolvimento/ TIC (a)</i>	<i>Português</i>	9
	<i>Matemática</i>	9
	<i>Estudo do Meio</i>	4
	<i>Educação Artística</i>	3
	<i>Educação Física</i>	2
	<i>Inglês</i>	2
	<i>Estudo Integrado</i>	1
	<i>Atividades de Apoio à Aprendizagem</i>	4

(a) Áreas com abordagem transdisciplinar.

9.3º CICLO

COMPONENTES DO CURRÍCULO		CARGA HORÁRIA SEMANAL (x 90 MIN.)	
		5º ano	6º Ano (uma AFC)
LÍNGUAS E ESTUDOS SOCIAIS	PORTUGUÊS	2,5 + 0.5 ALS	2,5 + 0,5 CH+0,5ALS AFC – 2,5 + 0,5 ALS
	LÍNGUA ESTRANGEIRA I – INGLÊS	1,5	1,5
	HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PORTUGAL	1,5	1,5
MATEMÁTICA E CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	2,5 + 0.5 ALS	2,5+0,5 CH +0,5 ALS AFC – 2,5 + 0,5 ALS
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	1,5	1,5
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E TECNOLÓGICA	EDUCAÇÃO VISUAL	1	-----
	Educação TECNOLÓGICA	1	-----
	Educação Visual e Tecnológica	-----	1,5
	EDUCAÇÃO MUSICAL	1	1,5
EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	1,5	1,5
TIC	TIC	0.5	AFC- Transversal a todas as áreas
FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	HGCA	Transversal	1 AFC quinzenalmente alternando com CD
	Cidadania e Desenvolvimento	0.5	1 AFC quinzenalmente alternando com HGCA
	Projetos Inovadores e Autónomos	-----	AFC - 2
	EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA/DPS	0.5	0,5
TOTAL		15.5	<u>16,5 +1 ALS/ AFC 17,5</u> <u>+0,5 ALS</u>

CH – Crédito horário

ALS – Apoio Letivo Suplementar/Sala A+, de frequência obrigatória

a) Área com abordagem transdisciplinar

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA
9.4 3º CICLO

COMPONENTES DO CURRÍCULO		CARGA HORÁRIA SEMANAL (x 90 MIN.)		
		7º Ano	8º Ano	9º Ano
PORTUGUÊS	PORTUGUÊS	2,5 +0,5 ALS	2,5+0,5 CH	2,5+0,5 CH + 0,5 ALS *4
LÍNGUA ESTRANGEIRA	LÍNGUA ESTRANGEIRA I - INGLÊS	1,5 *1	1,5 *1	1,5 *1
	LÍNGUA ESTRANGEIRA II - FRANCÊS	1,5	1,5	1,5+0,5ALS
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	HISTÓRIA	1	1,5	1,5
	GEOGRAFIA	1,5	1	1,5
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	2,5 +0,5 ALS	2,5+0,5 CH +0,5 ALS	2,5+0,5 CH +0,5 ALS *4
CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	CIÊNCIAS NATURAIS	1+0,5 quinzenalmente	1 +0,5 quinzenalmente	1+0,5 quinzenalmente
	FÍSICO - QUÍMICA	1+0,5 quinzenalmente	1+0,5 quinzenalmente	1+0,5 quinzenalmente
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E TECNOLÓGICA	EDUCAÇÃO VISUAL	1	1	1,5
	TEATRO	-----	1(semestral)*	-----
	EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	1(semestral)*	1(semestral)	-----
	EDUCAÇÃO MUSICAL	1(semestral)*	1(semestral)	-----
EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	1,5	1,5	1,5
FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	CIDADANIA	0.5	-----	1
	HGCA	*5	1	-----
	EMRC/DPS	0,5	0,5	0,5
TOTAL		20	20	20,5

CH – Crédito horário

ALS – Apoio Letivo Suplementar/Sala A+, de frequência obrigatória

*1 – A disciplina lecionada em Par Pedagógico - medida do ProSucesso.

*- No 7º ano de escolaridade os alunos optam por duas disciplinas semestrais.

*4 - Um bloco de 90 minutos funciona por turnos entre Português e Matemática.

*5 – Área com abordagem transdisciplinar

9.5 PROGRAMA OPORTUNIDADE II

Área Curricular Disciplinar/ Disciplina	Blocos de 90'
Português	2,5
Matemática	2,5
História e Geografia	1,5
Ciências Naturais	1,5
Língua Estrangeira I	1,5
Educação Musical	0,5 *1
Educação Física	1,5
Formação Pessoal e Social	0,5
Projeto Formativo	2,5
TOTAL	14,5

*1 - Segundo a Portaria n.º 60/2013 de 1 de Agosto, falta um tempo de 45 minutos.

9.6 PROGRAMA OPORTUNIDADE III/PROFISSIONALIZANTE

Área Curricular	Carga horária (90 min.)
PORTUGUÊS	2,5
MATEMÁTICA	2,5
CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	1,5
LÍNGUA ESTRANGEIRA I - INGLÊS	1,5
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	1,5
EDUCAÇÃO FÍSICA	1,5
FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	0,5
ÁREA PROJETO FORMATIVO	3,5
TOTAL	15

9.7 MATRIZES CURRICULARES DAS TURMAS DO REGIME EDUCATIVO ESPECIAL

PEREE-Socioeducativo (alunos integrados em turmas do ensino regular) Educação Pré-Escolar

Áreas de Conteúdo	Domínios	Equipa pedagógica
Promoção da Capacitação	Atividades de Vida Diária	Educadora Titular
	Autonomia Pessoal e Social	Educadora Titular
	Competências Específicas	Educadora Titular Docente especializado (NEE) Técnicos especializados
Expressão e Comunicação	Educação Artística	Educadora Titular Docentes das expressões
	Linguagem Oral e Abordagem à Escrita	Educadora Titular
	Matemática	Educadora Titular
Conhecimento do Mundo	Conhecimento do Mundo	Educadora Titular
Carga horária - 25 horas semanais		

1º Ciclo do Ensino Básico

Componente de Formação	Áreas de Competência-chave	Equipa pedagógica
Formação de Base	Linguagem e Comunicação Funcional	Docente Titular Docente de Inglês
	Matemática para a Vida	Docente Titular
	Conhecimento do Mundo	Docente Titular
Promoção da Capacitação	Atividades de Vida Diária	Docente Titular
	Autonomia Pessoal e Social	Docente Titular
	Competências Específicas	Docente Titular Docente especializado (NEE) Técnicos especializados Docentes das expressões
Carga horária - 25 horas semanais		

PEREE-Ocupacional

Componente de Formação	Disciplina	Carga horária semanal (1 bloco-90')	Equipa pedagógica
Formação de Base	Linguagem e Comunicação Funcional	2 blocos	Educadora especializada
	Matemática para a Vida	1 bloco	Educadora especializada
	Conhecimento do Mundo	2 blocos	Educadora especializada
Promoção da Capacitação	Atividades de Vida Diária	2 blocos	Educadora especializada
	Autonomia Pessoal e Social	2 blocos	Educadora especializada
	Competências Específicas	3 blocos	Educadora especializada Terapeuta da Fala
Expressões	Expressão Motora	1,5 blocos	Docente de Expressão Motora Educadora especializada
	Expressão Musical	0,5 bloco	Educadora especializada
	Expressão Dramática/Plástica	1 bloco	Docente de Expressão Plástica Educadora especializada
Total	15 blocos		

Turma com Projeto Curricular Adaptado I

Área Curricular	Carga horária (90 min.)
PORTUGUÊS	4
MATEMÁTICA	4
ESTUDO DO MEIO	2,5
LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS	1
EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA	1
EDUCAÇÃO MUSICAL	0,5
EDUCAÇÃO FÍSICA	1,5
EXPRESSÃO ARTÍSTICA	0,5
EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA E CATÓLICA	0,5
CIDADANIA	0,5
TOTAL	16

Turmas com Projeto Curricular Adaptado II

Área Curricular	Carga horária (90 min.)
PORTUGUÊS	2,5
MATEMÁTICA	2,5
HGP	1,5
CN	1,5
LÍNGUA ESTRANGEIRA/INGLÊS	1,5
EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA	1,5
EDUCAÇÃO MUSICAL	1,5
EDUCAÇÃO FÍSICA	1,5
EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA E CATÓLICA	0,5
CIDADANIA	1
TOTAL	15,5

Turma com Projeto Curricular Adaptado III (7º ano)

Áreas curriculares	Carga horária
Português	5 x 45 m
Inglês	3 x 45 m
Francês	3 x 45 m
Matemática	5 x 45 m
Físico-Química	3 x 45 m
Ciências Naturais	3 x 45 m
Geografia	2 x 45 m
História	3 x 45 m
Educação Visual	2 x 45 m
Educação Tecnológica	2 x 45 m
Educação Física	3 x 45 m
Cidadania e Desenvolvimento	2 x 45 m
Tecnologias de Informação e Comunicação	1 x 45m
Educação Moral e Religiosa e Católica	1 x 45m



Áreas curriculares	Carga horária
Português	5 x 45 m
Português Língua Não Materna	5 x 45 m
Inglês	3 x 45 m
Francês	3 x 45 m
Matemática	5 x 45 m
Físico-Química	3 x 45 m
Ciências Naturais	3 x 45 m
Geografia	2 x 45 m
História	3 x 45 m
Educação Visual	2 x 45 m
Educação Tecnológica	2 x 45 m
Educação Física	3 x 45 m
Cidadania	2 x 45 m
Educação Moral e Religiosa e Católica	1 x 45m

PEREE

Despiste e Orientação Vocacional

Componente de Formação	Áreas de Competência-chave	Número de Horas/ Semana	Equipa pedagógica
Formação de Base	Linguagem e Comunicação (LC)	2 x 90´ 1 x 45´	Docente do 1º ciclo Psicóloga
	Língua Estrangeira (LCE Inglês)	2 x 45´	Docente de Inglês
	Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	2 x 45´	Docente de TIC
	Matemática para a Vida (MV)	2 x 90´ 1 x 45´	Docente do 1º ciclo
	Cidadania e Empregabilidade (CE)	2 x 90´	Docente do 1º ciclo
Expressões	Expressão Motora	1 x 90´ 1x 45	Docente de Expressão Motora Docente do 1º ciclo
	Expressão Musical	1 x 90´	Docente de Expressão Musical
	Expressão Dramática	1 x 45´	Docente de Expressão Dramática Docente do 1º ciclo
	Expressão Plástica	1 x 90´	Docente de Expressão Plástica Docente do 1º Ciclo
Promoção da Capacitação	Atividades de Vida Diária	1 x 90´	Docente do 1º ciclo
	Oficinas	2 x 90´	Docente EVT Docente do 1º ciclo
Área transversal	Aprender com Autonomia	1 x 45´	Docente do 1º ciclo
Total	16,5		

PLANO CURRICULAR/ PEREE

Pré-profissionalização

Componente de Formação	Áreas de Competência-chave	N.º de tempos	Equipa pedagógica
Formação Base	Linguagem e comunicação	4 tempos/2 blocos	200
	Inglês	1 tempo/0,5 blocos	220
	Tecnologias da informação e comunicação	3 tempos/1,5 blocos	550
	Matemática para a vida	4 tempos/2 blocos	230
	Cidadania e empregabilidade	2 tempos/1 bloco	Diretor de turma
Expressões	Educação física	3 tempos/1,5 blocos	260
Área Transversal	Aprender com Autonomia	1 tempo/0,5 blocos	Diretor de turma
Formação Prática em contexto de trabalho		13 tempos/6,5 blocos	240
	Total	31 tempos/15,5 blocos	

9.8 CURSO – PROGRAMA FORMATIVO DE INSERÇÃO DE JOVENS – PROFIJ- NÍVEL II – TIPO 2

Portaria n.º 52/2016 de 16 de junho de 2016

CURSO – OPERADOR/A DE JARDINAGEM (1º Ano)

COMPONENTE DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	DOMÍNIOS FORMAÇÃO	DURAÇÃO TOTAL (1º ANO) (HORAS)	DURAÇÃO TOTAL (2º ANO) (HORAS)	DURAÇÃO TOTAL (HORAS)
Sócio- Cultural	Línguas, Cultura e Comunicação	Língua Portuguesa	80	80	160
		Língua Estrangeira	60	60	120
		TIC	-----	80	80
	Cidadania e Sociedade	Cidadania e Mundo. Atual	80	80	160
		Higiene Saúde e Segurança no Trabalho	30	-----	30
		Educação Física	60	60	120
Científica	Ciências Aplicadas	Matemática Aplicada	90	90	180
		Ciências Físico-Naturais	60	60	120
TOTAL			460	510	970
Tecnológica	Tecnologias Específicas	UFCD – Unidades de Formação de Curta Duração	425	425	850
Prática	Estágio em contexto de trabalho		105	105	210
TOTAL			990	1040	2030



10. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO E COMPLEMENTO CURRICULAR

As atividades de enriquecimento e complemento curricular procuram ir ao encontro dos interesses e motivações dos alunos, sendo um espaço de convívio e desenvolvimento pessoal.

Dadas as características do meio em que se insere, assim como as condições físicas da escola, torna-se necessário fornecer alternativas sérias e atrativas para a ocupação voluntária dos tempos livres dos alunos, assim como responder a necessidades colocadas por eles e para as quais não encontram respostas fora da escola. Desta forma, as atividades de orientação escolar e profissional, os clubes, ateliers, oficinas ou afins, assumem um papel fundamental, quer na colmatação desta situação, quer na construção do currículo informal dos alunos, podendo também assumir um importante papel na motivação destes para a escola e facilitar o desenvolvimento da confiança e empatia entre alunos e professores.

Cada uma destas atividades, independentemente do número de alunos ou professores envolvidos, deverá ter um coordenador, preferencialmente alguém que possa assumir o projeto em anos subsequentes. Este aspeto é particularmente importante quando para eventuais financiamentos se recorra a protocolos ou candidaturas a programas específicos apoiados por entidades exteriores à escola.

O Regulamento Interno da escola deve estabelecer as normas pelas quais estas atividades se devem reger e avaliar.

As atividades de enriquecimento devem permitir aos alunos desenvolver competências específicas em determinadas áreas, assim como complementar aquelas desenvolvidas nas diferentes disciplinas e áreas curriculares não disciplinares. Desta forma, não devem ser encaradas como simples ocupação dos tempos livres dos alunos e, muito menos, para cumprir um simples normativo, completando os horários dos professores, sendo marcadas em «furos» destes, mas impossibilitando o desenvolvimento de quaisquer atividades por coincidirem com momentos em que todas as turmas estão em aulas. Pelo contrário, estas atividades devem assumir-se como espaços de aprendizagem informal, se bem que dirigida e disciplinada, facilitadoras do desenvolvimento integral dos alunos, nomeadamente nos aspetos de socialização, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, ativos e participativos, permitindo em simultâneo minimizar ou ultrapassar situações ou problemas definidos no âmbito do Projeto Educativo.



Assim, a escola, através dos seus docentes, deve promover e garantir a oferta de um conjunto de atividades diversificadas e não pontuais, que permitam aos alunos optarem, de acordo com as suas preferências e disponibilidade de horários.

Igualmente, e de modo a não frustrar as expectativas dos alunos, nem desperdiçar eventuais investimentos da escola, devem todas as atividades, após a devida reflexão e avaliação ser alvo de continuação no ano seguinte. Por tudo isto, a participação dos alunos nestas atividades deve ser valorizada, competindo aos docentes recolher e fornecer dados que permitam integrar de forma positiva na avaliação global dos alunos as competências e atitudes aí desenvolvidas.

As atividades de enriquecimento devem partir preferencialmente de propostas de alunos, docentes, ou necessidades sentidas pela escola e definidas por qualquer um dos seus órgãos no âmbito da construção e desenvolvimento do Projeto Educativo.

Poderá a escola, através dos seus diversos elementos, desenvolver projetos que visem a resolução de problemas ou situações concretas definidas no seu Projeto Educativo, ou ainda para rentabilizar e melhorar recursos existentes. Neste sentido deverão os responsáveis por projetos, nomeadamente aqueles a longo prazo ou permanentes (biblioteca, informática, jornal escolar, etc.), apresentar no final de cada ano letivo um plano de atividades/desenvolvimento a aplicar no ano letivo seguinte.

Além das atividades de enriquecimento já focadas, a escola desenvolverá outras, de carácter pontual, aproveitando propostas concretas apresentadas por entidades exteriores à escola, ou em resposta a necessidades específicas sentidas pelo seu corpo docente, não docente e discente, assim como pela comunidade educativa em geral.

Incluem-se neste ponto a organização de seminários, palestras, colóquios e exposições, promovidas e organizadas por qualquer órgão ou elemento da escola. Incluem-se também nestas atividades a comemoração de datas específicas como o Natal, Carnaval e Páscoa entre outras, devendo valorizar na sua preparação, desenvolvimento e avaliação a participação ativa dos alunos. Nestas iniciativas engloba-se ainda a formação do pessoal docente e não docente, em resposta a necessidades sentidas pelos mesmos.

Todas estas atividades devem ser devidamente enquadradas no Plano Anual de Atividades.



10.1 ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR/CLUBES

- ✓ Aulas de Apoio
- ✓ Aulas de Substituição
- ✓ Oficinas das áreas curriculares disciplinares: Matemática e Ciências
- ✓ Visitas de Estudo
- ✓ Intercâmbios
- ✓ Comemoração de Efemérides
- ✓ Programa de Saúde Escolar
- ✓ Atividades Desportivas Escolares
- ✓ Clube de Artes
- ✓ Clube Desportivo Escolar de Ginetes (Esgrima, Treino Funcional, Ténis de Mesa, Atividades Rítmicas e Percursos da Natureza)
- ✓ Clube Europeu
- ✓ Clube de História Familiar
- ✓ Clube de Jornalismo
- ✓ Clube de Proteção Civil
- ✓ Clube Zen+
- ✓ Clube Erasmos+
- ✓ Clube STEM (Ciência e Tecnologia)
- ✓ Clube de Fotografia
- ✓ Clube de Finalistas
- ✓ Clube Interdisciplinar de Expressões Artísticas
- ✓ Biblioteca
- ✓ Programa Eco-Escolas
- ✓ Empreendedorismo
- ✓ Programa Total

SALA DE ESTUDO - SALA A+

A **SALA A+** é um espaço de sala de estudo que se pretende que constitua um ambiente educativo diferente daquele a que o aluno está habituado a viver nas áreas curriculares disciplinares, aproveitando o seu tempo livre de forma construtiva e enriquecedora.

Tem por finalidade: favorecer o desenvolvimento de atitudes e hábitos de trabalho autónomo ou em grupo; criar mecanismos de apoio ao estudo e de gestão dos diferentes ritmos de aprendizagens dos alunos; promover um papel ativo dos alunos na resolução dos seus problemas de aprendizagem e no esclarecimento de dúvidas; desenvolver nos alunos o sentido de responsabilidade pessoal e social.

Aos professores que prestam apoio na **SALA A+** compete: orientar a realização de fichas ou outras atividades programadas; apoiar os alunos ao nível de técnicas e métodos de

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA
estudo, pesquisa/consulta bibliográfica, trabalho de grupo/trabalho de projeto e conteúdos programáticos na sua área de lecionação; apoiar os alunos na realização de trabalhos escolares; adequar a sua intervenção às necessidades evidenciadas pelos alunos; registar, em documento próprio, as presenças dos alunos e fomentar um ambiente calmo e propício ao trabalho

10.2 ORIENTAÇÕES E NORMAS DE ENQUADRAMENTO DAS VISITAS DE ESTUDO E ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR

As visitas de estudo a realizar com os alunos deverão estar previstas no PAA. Previamente à sua realização, os organizadores deverão apresentar um projeto, obter as respetivas autorizações dos encarregados de educação e, após a sua concretização, elaborar um relatório onde constará a avaliação da atividade. Deverão ainda construir um guião a ser utilizado pelos alunos aquando da visita. É também fundamental proceder-se a uma avaliação da visita por parte dos alunos.

11. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO

Os serviços especializados de apoio educativo destinam-se a promover a existência de condições que assegurem a plena integração escolar dos alunos, a contribuir para o seu desenvolvimento integral, a apoiá-los no seu processo de aprendizagem e integração no sistema e a desenvolver ações de acompanhamento psicossocial e vocacional dos alunos. Deverá articular a sua atividade com as estruturas de orientação educativa.

Os Serviços Especializados de Apoio Educativo, tendo como finalidade o apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, integram:

- ✓ O Serviço de Psicologia e Orientação, estando a sua coordenação a cargo da Técnica de Psicologia abrangida pelo estagiário L. (Psicóloga Escolar – Cátia Baganha).
- ✓ O Núcleo de Educação Especial, coordenado pela docente especializada Sónia Teixeira.

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA
12. APOIO EDUCATIVO

Apoio Educativo é o conjunto das estratégias e atividades, devidamente enquadradas no Projeto Educativo da Escola, no ProSucesso e no Programa de Apoio Educativo, que visa contribuir para o aumento do sucesso educativo dos alunos, através da melhoria da aquisição de conhecimentos e competências e o desenvolvimento das capacidades, atitudes e valores consagradas nos currículos em vigor.

12.1 PRÉ-ESCOLAR

Na educação pré-escolar, os alunos são propostos para apoio educativo ao serem detetadas, pelo educador de infância, dificuldades na aquisição das competências consideradas essenciais. Estes apoios educativos, que são dados por um educador de infância, podem acontecer de forma individual ou em grupo e podem ocorrer dentro da própria sala de aula do aluno ou fora do contexto da sala, se houver um espaço disponível. Visa responder às dificuldades de aprendizagem, caracterizadas como constrangimentos ao processo de ensino e aprendizagem, de carácter temporário, que podem ser sanados através de adequadas medidas de apoio educativo, não reclamando, por isso, uma intervenção especializada de educação especial.

12.2 1º CICLO

O apoio educativo é da responsabilidade dos professores de apoio/substituição (disciplina de português) e dos professores especializados no diagnóstico de dificuldades de aprendizagens (Prof. D.A.- responsáveis pelo apoio na área da Matemática) que trabalham dentro da sala de aula ou fora do contexto da mesma, com os alunos sinalizados para usufruir desta medida educativa, num horário previamente estabelecido e acordado com os professores titulares. O apoio educativo poderá ser individual ou em pequeno grupo.

Ademais, o Projeto de A a Z – Ler mais e melhor, destina-se a proporcionar apoio educativo aos alunos do 1º e 2º ano diagnosticados com dificuldades de aprendizagem com o intuito de atenuar os problemas de leitura e de escrita. Os alunos do 3º e 4º anos recebem igualmente apoio de 45 minutos respetivamente, por parte dos docentes do 1º ano de acordo com o preconizado na nova matriz curricular para o primeiro ano de escolaridade.

12.3 2º E 3º CICLOS

Para combater o insucesso, de acordo com um dos objetivos basilares do ProSucesso da EBI de Ginetes, «Promover o sucesso escolar», no 2º e 3º ciclos o apoio letivo suplementar (ALS) é obrigatório para os alunos que demonstrem necessidade e é realizado das 11:55 às 12:40 horas. Os alunos que não demonstrem necessitar deste ALS são encaminhados neste horário para a sala A+/Estudo.

Nos 5º e 6º anos de escolaridade existe ALS a Matemática e a Português.

Nos 7º e 8º anos de escolaridade existem dois segmentos de 45 minutos de ALS. Estes apoios são lecionados a Matemática e a Português.

No 9º ano de escolaridade existem dois segmentos de 45 minutos de ALS, a Francês, Português e a Matemática.

No 2º e 3º ciclo os ALS são lecionados pelos docentes da turma, nas referidas disciplinas ou por outros docentes dos grupos em questão, de acordo com a disponibilidade de horário.

As aulas de apoio educativo visam permitir aos alunos, propostos para o efeito, ultrapassar as suas dificuldades/lacunas e/ou esclarecer as suas dúvidas.

É feita uma planificação anual para as aulas de apoio educativo. Contudo, esta é uma mera linha orientadora, uma vez que estas aulas devem ir ao encontro das dificuldades dos alunos que as frequentam.

13. AVALIAÇÃO

De acordo com a Portaria n.º 59/2019, de 28 de agosto, a «avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informação destinada a apoiar a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens».

13.1 CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

Para que o processo de avaliação seja o mais objetivo possível torna-se necessário uniformizar determinados procedimentos e terminologias. Assim, a EBI de Ginetes apresenta aos seguintes critérios gerais de avaliação:

Domínio das Atitudes/Comportamentos

- Responsabilidade;
- Participação;
- Autonomia;
- Cumprimento de Regras.

Domínio das Atitudes/Comportamentos AFC 5ºs e 7ºs Anos

- Responsabilidade;
- Participação;
- Autonomia;
- Relacionamento/Convivência;
- Cumprimento de Regras.

Domínio da Aquisição das Aprendizagens/Conhecimentos

Os domínios foram definidos pelos Departamentos e grupos disciplinares conforme as aprendizagens essenciais das respetivas áreas curriculares.

Os critérios referidos anteriormente relativos ao 1º Ciclo encontram-se estabelecidos em 70% para conhecimento e 30% atribuído para atitudes/comportamentos.

CRITÉRIOS E PONDERAÇÕES 2019/2020

DEPARTAMENTOS	DOMÍNIOS									
	ATITUDES %					CONHECIMENTOS %				
	5º	6º	7º	8º	9º	5º	6º	7º	8º	9º
CIÊNCIAS FÍSICO-NATURAIS			20	15	15			80	85	85
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	30	20	20	15	15	70	80	80	85	85
EXPRESSÕES	30	30	30	30	30	70	70	70	70	70
LÍNGUAS	30*	20	30	15	15	70*	80	70	85	85
MATEMÁTICA E INFORMÁTICA	20	20	20	15	15	80	80	80	85	85

*valores equivalentes a uma avaliação estritamente qualitativa praticada por este departamento nos anos em questão.

Quanto aos cursos de PROFIJ, as ponderações atribuídas são de 30% para o domínio das atitudes/comportamentos e 70% para o das aprendizagens/conhecimentos.

Nas turmas dos subprogramas Oportunidade II e Oportunidade III/Profissionalizante, a ponderação atribuída para ambos os domínios é de 40 – 60 %.

Nas turmas do Regime Educativo Especial - PCA I, II e III, PEREE DOV e PEREE PP as ponderações atribuídas são de 40% para o domínio das atitudes/comportamentos e 60% para o das aprendizagens/conhecimentos.

Na área não curricular de Cidadania, os critérios específicos de avaliação têm um caráter qualitativo.

Cada grupo disciplinar tem posteriormente a função de aferir as ponderações a atribuir a cada um dos critérios correspondentes aos domínios referidos anteriormente, de acordo com a especificidade de cada disciplina.

Devido ao seu número e extensão não serão incluídos no PCE, sendo de fácil consulta na *pasta* y nos diferentes departamentos curriculares, através da rede interna da escola.

Estes critérios deverão estar disponíveis na página eletrónica da Escola, e em



PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA
pasta física no Conselho Executivo e/ou na reprografia da escola, sendo a sua
divulgação da responsabilidade do Conselho Executivo.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Deverão ainda ser tidos em conta os seguintes aspetos na avaliação das aprendizagens dos alunos:

- Fichas de Avaliação Diagnóstica;
- Fichas de Avaliação Formativa;
- Fichas de Avaliação Sumativa;
- Provas Finais de 3º ciclo;
- Provas de Aferição (IAVE);
- Provas de Equivalência a Frequência em todas as disciplinas, nos finais de ciclos;
- Trabalhos escritos individuais ou de grupo.
- Observação direta / Registos de observação;
- Outros definidos pelos Departamentos;

13.4 MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

A **avaliação diagnóstica** sempre que o docente considere oportuno e visa fundamentar estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.

A **avaliação formativa** é a principal modalidade de avaliação e:

a) Assume um carácter sistemático e contínuo e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, com recurso a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem;

b) Permite ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e restantes intervenientes, obter informação sobre o desenvolvimento de aprendizagens com vista ao ajustamento de processos e de estratégias;

c) Da responsabilidade do professor, em interação com o aluno, na perspetiva da promoção da autoavaliação, em colaboração com os outros professores, no âmbito dos órgãos

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA
colegiais e ainda, sempre que necessário, com os serviços especializados de apoio educativo e com os encarregados de educação, devendo recorrer, quando tal se justifique, a registos estruturados.

A **avaliação sumativa** consiste na formulação de um juízo globalizante sobre a aquisição das aprendizagens do aluno e o desenvolvimento das competências definidas para cada disciplina e área curricular. A avaliação sumativa desdobra-se em avaliação sumativa interna e externa.

A **avaliação sumativa externa** é da responsabilidade do departamento do Governo Regional competente em matéria de educação em articulação com o Ministério da Educação e compreende a realização de provas de aferição e provas finais do 3º ciclo.

As provas de aferição não integram a avaliação interna, pelo que os seus resultados não são considerados na classificação final da disciplina.

As provas finais de ciclo complementam o processo da avaliação sumativa de final do 3.º ciclo, sendo os resultados das mesmas considerados para o cálculo da classificação final de disciplina.»

CALENDÁRIO DAS PROVAS DE AFERIÇÃO DO ENSINO BÁSICO 2020

(HORA LOCAL DOS AÇORES)

A disponibilização das fichas individuais de aluno (RIPA), dos relatórios da escola (REPA) e dos resultados globais das provas de aferição tem lugar até ao início do ano letivo de 2020/2021

Entre 4 e 12 de maio	6.ª feira 5 de junho	3.ª feira 09 de junho	3.ª feira 16 de junho	5.ª feira 18 de junho
2.º ano Educação Artística (27) Educação Física (28)	8h30 - 8.º ano Matemática (86)	8h30 - 8.º ano Inglês (81)	9h00 - 2.º ano Português e Estudo do Meio (25)	9h00 - 2.º ano Matemática e Estudo do Meio (26)
	10h30 - 5.º ano Português (55) Português Língua Segunda (52)	10h30 - 5.º ano Inglês (51)		
5.º ano Componente de produção e interação orais de Inglês (51)				

CALENDÁRIO DE PROVAS FINAIS DO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO 2020

(HORA LOCAL DOS AÇORES)

Horas	1.ª FASE			2.ª FASE	
	2.ª feira 15 de junho	6.ª feira 19 de junho	6.ª feira 26 de junho	2.ª feira 20 de julho	4.ª feira 22 de julho
8h30	9.º Ano PLNM (93) (94)	9.º Ano Matemática (92)	9.º Ano Português (91) Português Língua Segunda (95)	9.º Ano Matemática (92)	9.º Ano Português (91) Português Língua Segunda (95) PLNM (93) (94)



«A **avaliação sumativa interna** é da responsabilidade conjunta dos órgãos de gestão e de coordenação pedagógica, dos professores que compõem o conselho de turma ou do professor titular, aos quais compete operacionalizar os critérios aprovados pelo conselho pedagógico, que se constituem referenciais comuns no interior da escola. Concretiza-se no final de cada período letivo e/ou no final do ano letivo com provas de equivalência à frequência».

13.5 FORMALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO

13.5.1 Educação Pré-Escolar

Como é mencionado nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (2016,p. 16) “a avaliação na educação pré-escolar é reinvestida na ação educativa, sendo uma avaliação *para* a aprendizagem e não *da* aprendizagem”, assim procede-se a uma avaliação formativa, na qual o educador deve recolher informação para tomar decisões sobre a prática e adequar, se necessário, o processo educativo às necessidades de cada uma das crianças e do grupo em geral. Cada educador escolhe intencionalmente diferentes formas de registar o que observa das crianças a partir da sua reflexão estabelece a progressão das aprendizagens a desenvolver com cada criança. Neste sentido, a avaliação é o suporte básico do planeamento. No final de cada período escolar, compete ao educador a quem esteja atribuída a sala, proceder à avaliação contínua do desenvolvimento de cada criança e das aprendizagens concretizadas, recorrendo ao preenchimento do documento criado pelo respetivo departamento e homologado pela unidade orgânica, designado de Registo de Aprendizagens. Neste documento, de carácter descritivo, é atribuída uma menção de *não adquirido*, *emergente* ou *adquirido* a cada uma das competências elencadas.

13.5.2. Formalização da avaliação sumativa

No 1.º ciclo do ensino básico, a informação resultante da avaliação sumativa expressa-se de forma descritiva e qualitativa em todas as áreas curriculares, de acordo com as menções de *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente*.

A avaliação sumativa final é atribuída no final do 3.º período pelo professor titular em articulação com os restantes professores da turma, quando existam, no 1.º ciclo, e pelo conselho de turma nos 2.º e 3.º ciclos.

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

A informação resultante da avaliação sumativa nos 2.º e 3.º ciclos expressa-se:

a) Numa escala de 1 a 5, em todas as disciplinas, podendo ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno;

b) Numa menção qualitativa de *Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente* nas áreas curriculares não disciplinares, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

A informação resultante da avaliação sumativa dos alunos do ensino básico com currículo específico individual ou similar, nas disciplinas e áreas disciplinares específicas, expressa-se numa menção qualitativa de *Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente*, acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

Nos 7.º e 8.º anos de escolaridade, a avaliação sumativa das disciplinas de Educação Tecnológica, Música e Teatro, são organizadas em regime semestral.

13.6 PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO

Os critérios gerais de avaliação e os critérios específicos de cada disciplina, depois de aprovados em Conselho Pedagógico, deverão estar sempre disponíveis para toda a comunidade escolar, nomeadamente através da página da Internet da escola, sendo a sua divulgação da responsabilidade do Conselho Executivo.

Os alunos e encarregados de educação devem ser informados e esclarecidos sobre todo o processo de avaliação (critérios, instrumentos, modalidades), no início do ano letivo e ao longo de todo o processo.

Relativamente à ficha de avaliação sumativa, deverão respeitar-se os seguintes princípios:

- Da correção da ficha de avaliação sumativa deve constar a cotação atribuída a cada questão, a classificação e percentagem;
- As fichas de avaliação deverão ser corrigidas e entregues aos alunos no prazo máximo de dez dias úteis, sendo obrigatória a sua entrega no horário normal da turma;
- Nos restantes instrumentos, é obrigatório o registo e comunicação aos interessados, da avaliação efetuada;

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

- Cada turma não deverá realizar mais do que uma ficha de avaliação por dia, e três testes por semana;
- No sentido de operacionalizar o estipulado no ponto anterior, deverão ser registadas na agenda do SGE as datas das fichas;
- É vedada a realização de uma nova ficha de avaliação antes da anterior ser corrigida e entregue;
- Na resolução da ficha de avaliação, os alunos deverão usar caneta azul ou preta;
- Não é permitido o uso de corretor;
- Utilizar caneta verde ou vermelha na correção das fichas de avaliação.

A avaliação final de cada período é registada em pauta afixada na escola e em fichas de informação entregues aos Encarregados de Educação, sendo a cópia arquivada no processo individual do aluno.

14. CONDIÇÕES DE TRANSIÇÃO E APROVAÇÃO

No final do ano letivo a avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno, expressa através das menções, respetivamente, de Transitou ou de Não Transitou, no final de cada ano de escolaridade, e de Aprovado ou de Não Aprovado, no final de cada ciclo.



Segundo o constante na Portaria n.º 75/2014 de 18 de novembro (RGAPA), ingressarão no 1.º ciclo do ensino básico as crianças que completem 6 anos até 15 de setembro. A matrícula das crianças que completem 6 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro deve ser aceite a pedido do encarregado de educação, em requerimento dirigido ao presidente do conselho executivo da respetiva unidade orgânica, sem qualquer outra formalidade.

Na educação Pré-Escolar existem ainda duas situações distintas:

Antecipação de matrícula, artigo 9.º

- 1 - Por requerimento do encarregado de educação, a apresentar até 31 de maio do ano anterior àquele para o qual a matrícula é pretendida, devidamente fundamentado, pode ser autorizada a matrícula no ensino básico da criança que revele uma precocidade global que aconselhe o ingresso mais cedo do que é preconizado no regime educativo comum.
- 2 - O requerimento referido no número anterior é dirigido ao presidente do conselho executivo, acompanhado de parecer de um serviço de psicologia e orientação.
- 3 - O parecer referido no número anterior integra, obrigatoriamente, uma avaliação psicológica, pedagógica e social, ou outras que se revelem necessárias em virtude das características da criança.
- 4 - Respeitada a tramitação estabelecida nos números anteriores, a decisão é da competência do conselho executivo, cabendo recurso para o diretor regional competente em matéria de educação.

Adiamento da matrícula, artigo 10.º

- 1 - Por requerimento devidamente fundamentado do encarregado de educação, a apresentar até 31 de maio do ano anterior àquele para o qual a matrícula é obrigatória no 1.º ciclo do ensino básico, pode ser autorizado o adiamento, por um só ano, do ingresso da criança que revele necessidades educativas especiais resultantes de um atraso ao nível do desenvolvimento global, cujo efeito no percurso escolar do aluno possa ser minorado pela sua retenção na educação pré-escolar.
- 2 - O requerimento referido no número anterior é dirigido ao presidente do conselho

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA
executivo acompanhado de parecer de um serviço de psicologia e orientação.

3 - O parecer referido no número anterior integra, obrigatoriamente, uma avaliação psicológica, pedagógica e social, ou outras que se revelem necessárias em virtude das características da criança.

4 - Respeitada a tramitação estabelecida nos números anteriores, a decisão é da competência do conselho executivo.

5 - Da decisão cabe recurso para o diretor regional competente em matéria de educação.

Decisão de transição e de progressão

As decisões de transição e de progressão do aluno para o ano de escolaridade seguinte e para o ciclo subsequente revestem-se de caráter pedagógico, devem respeitar o princípio da avaliação sumativa e são tomadas sempre que o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, considerem:

• **Nos anos terminais de ciclo**, que o aluno adquiriu os conhecimentos e desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo subsequente, sem prejuízo do estabelecido para as condições de aprovação dos alunos que realizam provas de equivalência à frequência;

• **Nos anos não terminais de ciclo**, que o progresso no desenvolvimento das aprendizagens demonstrado pelo aluno permite perspetivar que os conhecimentos e as competências essenciais definidas para o final do ciclo serão atingidos;

- 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

No 1.º ano de escolaridade não há lugar a retenção, exceto nas seguintes situações:

- Estão sujeitos a retenção os alunos em situação de incumprimento reiterado do dever de assiduidade e quando este redunde em falta de aproveitamento escolar no final do ano letivo;
- Considera-se incumprimento reiterado do dever de assiduidade os alunos que ultrapassem o limite de faltas injustificadas nos termos do estipulado no art.º 33.º do Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto.

Após cumpridos os procedimentos previstos no Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA
e Secundário, o professor titular da turma, em articulação com o conselho de núcleo, pode decidir pela retenção do aluno.

No final do 1º ciclo, o aluno não progride e obtém a menção de Não Aprovado se tiver obtido:

- Menção Insuficiente nas disciplinas de Português ou PLNM (Português Língua Não Materna) ou PL2 (Língua portuguesa escrita, como segunda língua) e de Matemática;
- Menção Insuficiente em Português ou PLNM ou em Matemática e cumulativamente menção Insuficiente em duas das restantes disciplinas.

A avaliação das seguintes áreas curriculares disciplinares de Língua Estrangeira, Tecnologias da informação e Comunicação, Educação Moral e Religiosa ou Formação Pessoal e Social e Estudo Integrado no 1º ciclo do ensino básico não revela para efeitos de progressão ou retenção.

14.3 - 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

ANOS NÃO TERMINAIS DE CICLO

A decisão de progressão do aluno deverá ser tomada sempre que o Conselho de Turma considere que o progresso no desenvolvimento das competências demonstradas pelo aluno permite perspetivar que as competências essenciais definidas para o final de ciclo serão atingidas.

A retenção dos alunos nos 5.º, 7.º anos faz-se desde que os mesmos obtenham uma classificação final de 4 ou mais níveis inferiores a três. No 8º ano a retenção dos alunos faz-se desde que os mesmos obtenham uma classificação final de 3 ou mais níveis inferiores a três.

ANOS TERMINAIS DE CICLO

A decisão de progressão de um aluno é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o Conselho de Turma considere que o aluno desenvolveu as competências necessárias para progredir com sucesso os seus estudos no ciclo de escolaridade subsequente.

No 6.º e 9.º ano os alunos progridem se não tiver obtido:

- Classificação inferior ao nível três nas disciplinas de Português ou PLNM e de

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA
Matemática;

- Classificação inferior ao nível 3 em 3 ou mais disciplinas.

Não são consideradas para efeitos de progressão dos alunos:

A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, as áreas de Formação Pessoal e Social, Curriculares de enriquecimento e curriculares não disciplinares.

As áreas curriculares disciplinares de carácter facultativo e as do ensino vocacional artístico que tenham substituído áreas curriculares disciplinares do currículo educativo comum.

No final do 3.º ciclo do ensino básico, a não realização das provas finais por alunos do ensino básico regular implica a sua não aprovação neste ciclo.

Sem prejuízo do estipulado no Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário em matéria de assiduidade, estão sujeitos a retenção os alunos em situação de incumprimento reiterado do dever de assiduidade quando este redonda em falta de aproveitamento escolar no final do ano letivo.

Nos 1.º e 2.º ciclos, a retenção traduz-se na repetição de todas as áreas curriculares ou disciplinas do ano em que o aluno ficou retido.

No 3.º ciclo, tanto em anos terminais como em anos não terminais, a retenção pode traduzir-se:

- a) Na repetição de todas as áreas curriculares ou disciplinas do ano em que o aluno ficou retido;
- b) Na repetição apenas das áreas curriculares ou disciplinas a que o aluno com idade igual ou superior a 15 anos não obteve sucesso, mediante a autorização do encarregado de educação ou do aluno quando maior de idade.

Os alunos que se encontram a frequentar algumas áreas curriculares ou disciplinas do 3.º ciclo, sem prejuízo do estabelecido para as condições de aprovação dos alunos que realizam provas de equivalência à frequência, estão sujeitos ao cumprimento do estabelecido sobre a avaliação sumativa externa.

Os casos de segunda retenção no mesmo ano de escolaridade são alvo de parecer do Conselho Pedagógico que analisa, para o efeito, a informação

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA
disponibilizada pelo Conselho de Turma, cabendo a decisão final ao órgão executivo.

A decisão de retenção de um aluno deve ter em conta as seguintes condições:

Em qualquer retenção, o professor titular da turma/conselho de turma deverá preencher um formulário de retenção, identificando as aprendizagens e competências não desenvolvidas pelo aluno, a considerar no conselho de turma do ano seguinte.

14.4 PROFIJ

No que concerne ao PROFIJ, os formandos progridem desde que tenham, anualmente, média positiva (igual ou superior a dez valores), em cada uma das componentes de formação. No caso de não o conseguirem, poderão inscrever-se para realizarem PEA (Prova de Especial de Avaliação) ao Domínio de Formação ou UFCD (Unidade de Formação de Curta Duração).

Poderão realizar PEA a dois Domínios da Componente de formação Sociocultural, a um Domínio da Componente de formação Científica e a duas UFCD da Componente de formação Tecnológica, podendo, no entanto, em situações excecionais realizar outra(s) desde que fundamentadas pelo conselho de turma.

A classificação da componente de formação prática em contexto de trabalho (estágio) não pode, no final de cada ano do curso, ser inferior a dez valores.

Os formandos serão aprovados se na Prova de Avaliação Final (PAF) tiverem classificação igual ou superior a dez valores.

14.5 AVALIAÇÃO E DURAÇÃO DO PROGRAMA OPORTUNIDADE

De acordo com os art. 6º e 9º da Portaria n.º 60/2013, de 1 de agosto:

“1 - A avaliação dos alunos do Programa Oportunidade é predominantemente formativa, permitindo a obtenção de informação sobre o desenvolvimento das competências definidas para cada subprograma, com vista ao ajustamento de processos e de estratégias de ensino e de aprendizagem.”

“3 - Nos subprogramas Oportunidade II, III e Profissionalizante, a avaliação sumativa tem carácter descritivo e quantitativo em todas as áreas curriculares, expressa numa escala de níveis de 1 a 5, exceto nas áreas de Formação Pessoal e Social e de

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

Projeto Formativo, cuja avaliação tem caráter descritivo e qualitativo, de acordo com as menções de Não Satisfaz, Satisfaz, Satisfaz Bem e Satisfaz Muito Bem. “

“4 - Sempre que a segunda retenção ocorre em ano terminal de ciclo do ensino regular, em alternativa à integração do aluno no Programa Oportunidade, deve ser privilegiada a manutenção, por mais um ano, do aluno naquela modalidade de ensino.”

“5 - A avaliação sumativa, quando realizada no final da frequência do subprograma, dá origem a uma decisão pedagógica sobre a aprovação ou não aprovação do aluno e expressa-se através das menções, respetivamente, de Aprovado ou Não Aprovado.”

“7 - Sempre que, ao longo do ano letivo ou no seu termo, o aluno realizou as aprendizagens e adquiriu os conhecimentos necessários e correspondentes ao ano de escolaridade em que ficou retido, deverá ser, de imediato e sem outros formalismos, integrado no ano de escolaridade subsequente ao qual ficou retido.”

“8 - Não é permitida a transição direta de um subprograma para outro subprograma, sem frequência do ensino regular.”

“9 - Excetua-se do disposto no número anterior os alunos que, após frequência do ano suplementar do subprograma Oportunidade III, não reúnem os requisitos para aprovar no ano escolaridade em que ficou retido no 3.º ciclo, transitando para o subprograma Oportunidade Profissionalizante.”

Subprograma Oportunidade II

1 - A frequência do subprograma Oportunidade II termina obrigatoriamente quando o aluno realizou as aprendizagens e adquiriu os conhecimentos necessários para prosseguir com sucesso os seus estudos no ano de escolaridade subsequente ao qual ficou retido ou no 3.º ciclo do ensino básico.

3 - A aprovação dos alunos do subprograma Oportunidade II pode ocorrer a qualquer momento do ano letivo ou no final do mesmo, desde que o conselho de turma considere que o aluno adquiriu os conhecimentos necessários para prosseguir com sucesso os seus estudos no 3.º ciclo do ensino básico.

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA
Subprograma Oportunidade Profissionalizante

A frequência do subprograma Oportunidade Profissionalizante cessa:

- a) Quando o aluno atingir a idade limite da escolaridade obrigatória de 18 anos;
- b) Com a Conclusão do 3.º ciclo do ensino básico.

Segundo o constante no n.º 2 do art.º 18º da Portaria n.º 60/2013, de 1 de agosto:

“A aprovação dos alunos do subprograma Oportunidade Profissionalizante pode ocorrer no final de qualquer ano da sua frequência, desde que o conselho de turma considere que o aluno realizou as aprendizagens e adquiriu os conhecimentos necessários para a conclusão do 3.º ciclo do ensino básico.”

14.6 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS ESPECÍFICOS DO REGIME EDUCATIVO ESPECIAL

Programa Ocupacional

A avaliação terá como referente o expresso em cada um dos Projetos Educativos Individuais.

A avaliação será contínua e formativa. No final de cada período letivo (3 períodos avaliativos), serão avaliados cada aluno em cada uma das áreas da estrutura curricular. A avaliação será descritiva e qualitativa, com menções de Muito Bom, Bom, Suficiente e insuficiente. No final do ano letivo será elaborado um Relatório Circunstanciado, pela equipa pedagógica que elaborou o programa inicialmente. Neste consta a evolução do aluno e as estratégias e medidas a seguir no ano subsequente, com encaminhamento do aluno e alteração de medidas se necessário. Este relatório circunstanciado será aprovado pelo conselho executivo após ouvir o conselho pedagógico, autorizar a transição para outros programas ou ensino regular. Os pais, ou quem seja encarregado da educação do aluno são obrigatoriamente ouvidos aquando da elaboração do relatório circunstanciado de avaliação, devendo a sua posição ser reduzida a escrito e, depois de assinada por estes, integrar o relatório.

PROGRAMA SOCIOEDUCATIVO (alunos integrados em turmas do ensino regular)

A avaliação terá como referente o expresso em cada um dos Projetos Educativos

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

Individuais. Avaliação é formativa e contínua em todas as componentes da estrutura curricular, expressando-se de forma descritiva e qualitativa de acordo com as menções de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente. A avaliação formal será feita com caráter globalizante em três momentos, coincidentes com os períodos letivos. Trimestralmente é realizado um registo de avaliação das competências e anualmente, no final do ano letivo com a elaboração do Relatório Circunstanciado de Acompanhamento do Projeto Educativo Individual, constará a evolução e as características técnico-pedagógicas da intervenção a seguir no ano subsequente, para assim desencadear as respostas educativas adequadas em função das necessidades educativas especiais detetadas.

PEREE DOV

Avaliação formativa e contínua em todas as componentes da estrutura curricular. Sem prejuízo da avaliação se exercer de forma contínua, a periodicidade da avaliação formal deverá ser efetuada com caráter globalizante em três momentos, coincidentes com os períodos letivos, referindo-se a última aos resultados das aprendizagens efetivadas ao longo do ano letivo em cada área de competência da estrutura curricular. A avaliação expressa-se de forma descritiva e qualitativa sob a forma de *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente*, *Insuficiente*. No final de cada ano letivo é elaborado um Relatório Circunstanciado (RC) onde estão sintetizados os progressos e dificuldades dos alunos e o encaminhamento com medidas a tomar no ano seguinte de forma a colmatar ou melhorar as suas competências. O referido relatório poderá recomendar a continuação do aluno no Programa de Despiste e Orientação Vocacional; a transição do aluno para o Programa Ocupacional; a transição do aluno para o Programa Pré- Profissionalização; ou a inclusão do aluno no currículo comum do ensino regular, sem prejuízo de adoção de outras medidas no âmbito do Regime Jurídico da Educação Especial e do Apoio Educativo. Os alunos que realizarem as aprendizagens e desenvolverem competências correspondentes ao 1º ciclo do ensino básico, poderá ser emitido o correspondente certificado de conclusão do 1º ciclo, por decisão do presidente do Concelho executivo da unidade orgânica.

PEREE PRÉ-PROFISSIONALIZAÇÃO

Avaliação formativa e contínua em todas as componentes da estrutura curricular. Sem prejuízo da avaliação se exercer de forma contínua, a periodicidade da avaliação formal deverá ser efetuada com caráter globalizante em três momentos, coincidentes

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

com os períodos letivos, referindo-se a última aos resultados das aprendizagens efetivadas ao longo do ano letivo em cada área de competência da estrutura curricular. A avaliação expressa-se de forma descritiva e qualitativa sob a forma de *Muito Bom, Bom, Suficiente, Insuficiente e/ou muito insuficiente*. A transição de ano implica aprovação conjunta nas quatro componentes de formação, podendo, todavia, ser autorizada a repetição, das mesmas quando tal se mostre necessário. Aos alunos que concluem o programa com menção de *suficiente*, para além do certificado dos certificados emitidos nos termos do artigo número 83º da Portaria nº 75/2014 de 18 de novembro, será emitido, pela unidade orgânica, um certificado detalhado das competências adquiridas.

Mediante proposta fundamentada da equipa pedagógica responsável pela execução do programa, sempre que se detetem evidências correspondentes ao 2º Ciclo do Ensino Básico, poderá ser emitido o correspondente certificado de conclusão do ciclo, por decisão do Presidente do Conselho Executivo da unidade orgânica. Os alunos que não tenham concluído com sucesso o programa, terminam obrigatoriamente o seu percurso escolar no momento em que perfazem 18 anos de idade, havendo lugar à emissão do certificado previsto no nº1 do artigo 83º da mesma portaria. No final de cada ano letivo é elaborado um Relatório Circunstanciado (RC) onde estão sintetizados os progressos e dificuldades dos alunos e o encaminhamento com medidas a tomar no ano seguinte de forma a colmatar ou melhorar as suas competências.

TURMAS PCA I, II E III

Os alunos integrados em turmas de projeto curricular adaptado são avaliados de acordo com o estabelecido no regulamento aplicável à modalidade de ensino seguida e não pode pôr em causa as orientações curriculares, aprendizagens e competências definidas para o correspondente nível ou ciclo de ensino. Desta forma, a avaliação destes alunos segue os mesmos regulamentos e procedimentos do ensino regular, correspondentes ao ciclo em que se encontram. Os discentes integrados nestas turmas realizam as provas finais nacionais ou a nível de escola, dos correspondentes anos terminais do ciclo do ensino regular. É elaborado no final de cada ano letivo o Relatório Circunstanciado (RC) onde estão sintetizados os progressos e as dificuldades dos alunos e o encaminhamento com as medidas a tomar no ano seguinte de forma a colmatar ou melhorar as suas competências.

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA
15. FORMAÇÃO

A formação contínua é uma necessidade básica em qualquer área de atuação profissional e humana. O desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal são uma condição indispensável ao sucesso em qualquer desempenho.

O exercício de funções do pessoal docente e não docente exige uma permanente atualização de conhecimentos e de metodologias. Tal implica que o pessoal docente e não docente deva participar regularmente em ações de formação contínua que permitam dar resposta às suas necessidades específicas de formação. Tendo em conta, para além do seu perfil pessoal e profissional, o Projeto Educativo de Escola, as necessidades dos alunos e as tarefas que executam. Reconhecendo essa necessidade de formação, fica o pessoal docente e não docente obrigado à mesma para progressão na sua carreira. Para tal o Órgão de Gestão terá de criar condições para dar cumprimento ao que está regulamentado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro para o pessoal docente e Decreto Legislativo Regional n.º 11/2006/A, de 21 de março, para o pessoal não docente.

A formação poderá ser realizada de duas formas: formação interna, nomeadamente através do Centro de Formação da EBI de Ginetes (<https://sites.google.com/site/centrodeformacaoebiginetes/>) entidade certificada e coordenado pelo prof. Hélder Almeida, e formação externa.

Quer se trate de formação interna ou externa, os respetivos Planos de Formação devem conduzir à concretização dos princípios e objetivos traçados no PEE e às orientações curriculares definidas neste Projeto Curricular de Escola. Só têm sentido se decorrerem das necessidades de formação previamente inventariadas, tendo como meta a inovação das práticas educativas. Em suma, os Planos de Formação devem articular as dimensões individuais (motivação dos docentes) com os projetos de natureza coletiva (necessidades relativas ao contexto da Escola).

16. DIVULGAÇÃO DO PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

O PCE, após parecer favorável do Conselho Pedagógico e aprovação pela Assembleia de Escola, será devidamente divulgado, em cumprimento do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto (Regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo).

17. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

O PCE corresponde à concretização da política educativa definida no PEE. Neste contexto, a avaliação do PCE tem como objetivo promover o sucesso educativo e melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos, procurando igualmente identificar os pontos fortes e fracos, considerando estes últimos não como obstáculos, mas sim, como fatores de mudança.

A avaliação do PCE, competência do conselho pedagógico (cf. n.º 1, al. b) do artigo 63.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto), deverá ser realizada anualmente, por uma comissão de acompanhamento, com o propósito de acompanhar a sua execução, propondo, sempre que necessário, a sua reformulação.

A proposta de reformulação do Projeto Curricular de Escola referente ao ano letivo de 2019/2020 foi alvo de parecer positivo em reunião de Conselho Pedagógico, realizada a 2019.11.27.

A Reformulação do Projeto Curricular de Escola foi aprovada em reunião de Assembleia de Escola, realizada em 03/12/2019.

O Presidente do Conselho Pedagógico

A Presidente da Assembleia de Escola

Luís Quadros

Maria Gorete Xavier



Anexos

ANEXO 1

1. OBJETIVOS GERAIS DO PROSUCESSO DA EBI GINETES

Constituem objetivos gerais do ProSucesso:

- ☐ Promover o sucesso escolar;
- ☐ Reduzir o número de situações de indisciplina;
- ☐ Fomentar a importância da escola na formação dos alunos;
- ☐ Promover o envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos.

2. PRINCIPAIS PROJECTOS PARA PROMOÇÃO DO PROSUCESSO DA EBI GINETES - Transversais

- a) **PROF. DA** – Professores qualificados na resolução de dificuldades de aprendizagem para o primeiro e segundo ciclos. Esta medida é importante porque é fundamental identificar atempadamente as dificuldades da criança e trabalhá-las de forma sistemática e individualizada para que se verifique uma melhoria significativa no seu processo de ensino-aprendizagem. Propõe-se que na implementação desta medida o professor titular identifique quais os alunos que necessitam de apoio e transmita essa informação ao professor DA, explicando as dificuldades apresentadas. Em seguida, este último procede ao diagnóstico para identificar quais as melhores estratégias para ultrapassar as dificuldades do aluno. Após este momento será elaborado pelo professor DA o plano de apoio, recorrendo a uma metodologia de trabalho diferente da utilizada na sala de aula, que deve ser seguido para que o aluno ultrapasse as suas dificuldades.
- b) **LER AÇORES** O hábito da leitura é um dos mais importantes para o desenvolvimento do intelecto e também o caminho mais curto para adquirir conhecimento. A leitura estimula o bom funcionamento da memória, aprimora a capacidade interpretativa, enriquece o vocabulário, desenvolve a criatividade e a imaginação e proporciona a aquisição de cultura, de conhecimentos e valores. Assim, na EBI de Ginetes, são propostas diversas atividades para dinamizar a leitura que constam no Plano de Promoção do Sucesso E+ (Educar Mais).



- c) PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA EM MEIO ESCOLAR- Apesar de a escola não ter ocorrências de bullying declaradas, consideramos que quaisquer formações nesta área serão uma mais-valia para a comunidade escolar. Como medidas de prevenção à violência em meio escolar, a EBI de Ginetes continuará a dinamizar ações de sensibilização dentro e fora da sala de aula e a promover o cumprimento de regras e o acompanhamento dos alunos pelo Serviço de Psicologia e Orientação, pelos docentes destacados para o Gabinete de Orientação Disciplinar, pelo Conselho Executivo, e auxiliares de ação educativa.
- d) CRÉDITO HORÁRIO –A escola beneficia da atribuição de um crédito horário na disciplina de Português do segundo e terceiro ciclos, medida fundamental para a obtenção de um aproveitamento positivo por parte da maioria dos alunos desta unidade orgânica. O crédito horário atribuído à disciplina de Matemática é essencial para que se consigam cumprir os programas e as metas definidas para cada um dos anos letivos, mesmo tendo em atenção as aprendizagens essenciais. O mesmo permite, ainda, que se possam diversificar as estratégias de lecionação, os objetos de avaliação e que se possa desenvolver a diversificação pedagógica, essencial para os nossos alunos.

3. PRINCIPAIS PROJECTOS PARA PROMOÇÃO DO PROSUCESSO DA EBI GINETES – Específicos

- a) Apoio educativo para o Pré-escolar - A implementação efetiva de apoio educativo nos jardins-de-infância da Escola Básica Integrada de Ginetes tem sido uma lacuna registada ao longo destes anos letivos. Sendo assim, os jardins-de-infância deverão beneficiar de um apoio educativo efetivo, que permitirá estimular/sensibilizar as crianças a todos os níveis do desenvolvimento, a par de dotá-las de maior autonomia, destreza e de competências essenciais para lidar com a realidade quotidiana e em convivência social. Outra das vantagens é que As crianças estarão num ambiente de apoio mais individualizado e direcionado, o que lhes facilita uma melhor aquisição das aprendizagens. De referir que no ano transato foram apoiadas 12 crianças.
- b) Apoio educativo no primeiro ciclo para Português e Matemática- Em virtude da dispersão geográfica, da heterogeneidade ao nível do número de alunos e do número de turmas dos núcleos escolares do 1.º ciclo que integram a EBI de Ginetes, assim como, do meio onde a escola está inserida e da dificuldade que os encarregados de

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

educação sentem em apoiar os seus educandos e em desenvolver hábitos de estudo, pretende-se implementar um modelo de apoio educativo diferenciado. Assim sendo, nos núcleos com turmas que integrem mais do que um ano de escolaridade, apresenta-se a proposta de trabalho em regime de parceria pedagógica. Nos núcleos escolares onde todas as turmas apenas integrem um ano de escolaridade, propõe-se a existência de dois professores de apoio. Cada professor apoiará o grupo de alunos diagnosticado com dificuldades de aprendizagem de cada ano de escolaridade. Pretende-se implementar um modelo de apoio que dê continuidade ao trabalho feito em sala de aula pelo docente titular, seguindo a planificação dos conteúdos das diversas disciplinas, podendo variar de acordo com as necessidades específicas e de recuperação dos alunos.

- c) Desdobramentos/Pares pedagógicos no ensino das ciências nas disciplinas de Ciências Físico-Químicas e Ciências Naturais, nas turmas do terceiro ciclo, as aulas de noventa minutos serão realizadas em turnos. Apesar da legislação em vigor já contemplar os desdobramentos em turnos para turmas com vinte ou mais alunos, é praticamente inexequível a consecução de atividades experimentais em turmas com um número superior a quinze discentes. Deste modo, e atendendo ao acima referido, devem ser feitos desdobramentos em turnos para todas as turmas com dezassete ou mais alunos. Tal prende-se com o desenvolvimento de competências relacionadas com a literacia científica e a componente experimental indissociável das áreas das ciências e que são essenciais para os nossos alunos, principalmente para aqueles que pretendem prosseguir estudos na área científica. Na impossibilidade de se concretizar a proposta anteriormente referida, a alternativa será então a contemplação de pares pedagógicos na aula de noventa minutos para se tornar exequível a realização de atividades experimentais no contexto de sala de aula, realizadas pelos alunos com a devida orientação dos docentes
- d) Sala A+ (Aprender Mais) – Sala de estudo A Sala A+ (Aprender Mais) pretende ser um espaço de frequência livre para todos os alunos que desejem estudar, esclarecer dúvidas, realizar trabalhos e/ou fazer os trabalhos propostos para casa. A sala funcionará com professores de diferentes áreas curriculares (como se fosse uma explicação individual ou em pequenos grupos), em cinco a seis segmentos semanais para o segundo ciclo e três segmentos semanais para o terceiro ciclo.



- e) Reuniões de partilha de estratégias de ensino - As reuniões de partilha de estratégias de ensino serão realizadas nas reuniões de departamento e coordenadas pelos Coordenadores dos Departamentos e/ou pelo Centro de Formação da unidade orgânica. Essas sessões visam a partilha de estratégias de ensino, bem como a construção, aplicação e avaliação de recursos pedagógicos e englobam igualmente o trabalho de equipa nos grupos disciplinares.
- f) Sala E+- Pretende ser um espaço de intervenção pedagógica que possibilite a melhoria do comportamento dos discentes no espaço escolar, não devendo, no entanto, substituir o papel dos diretores de turma, mas funcionar em articulação com estes e com o Conselho Executivo. As regras de funcionamento da sala de aula, definidas em Conselho de Turma, devem ser asseguradas por todos de forma rigorosa, sendo que a ordem de saída da sala de aula deve ser a última medida a tomar, depois de esgotadas todas as estratégias de resolução de conflitos. Nos espaços exteriores, docentes e auxiliares de ação educativa devem assegurar que as normas de conduta são devidamente respeitadas. O funcionamento do Gabinete de Orientação Disciplinar e os procedimentos a adotar, sempre que o comportamento dos alunos transgrida as normas estabelecidas no Regulamento Interno e na legislação em vigor, será dado a conhecer à comunidade educativa no início de cada ano letivo.
- g) Associação de Pais- A associação de pais da escola tem vindo a ser um objetivo que ainda se encontra em fase de conclusão. Neste momento, ainda há uma comissão instaladora formada, após a sua constituição, decerto, será um bem para o melhor funcionamento da instituição escolar.
- e) Centro de Formação - Esta unidade orgânica pretende continuar a implementar um plano de formação que continue a responder às necessidades diagnosticadas na população-alvo da comunidade educativa, de acordo com o projeto de formação. Com a oferta formativa, pretende-se contribuir, de alguma forma, para a melhoria da taxa de insucesso escolar dos alunos, promovendo a articulação entre os docentes dos três ciclos nas diferentes áreas curriculares; criando uma verdadeira CULTURA COLABORATIVA entre pares, estimulando o desenvolvimento de uma COMUNIDADE APRENDENTE, em que todos aprendem com todos; dando a oportunidade aos pais e encarregados de educação de refletirem sobre os problemas que enfrentam na educação das nossas crianças e jovens e estabelecendo laços mais coesos entre a ESCOLA e as FAMÍLIAS, através deste processo formativo. As atividades formativas



(ações de formação, ações de sensibilização, oficinas de formação, projetos, seminários e workshops), serão, portanto, específicas e direccionadas para docentes, alunos, assistentes operacionais e técnicos, pessoal administrativo e pais/encarregados da educação.

4. PARCERIAS

A EBI de Ginetes tem celebrado várias parcerias e protocolos com diversas entidades que se têm revelado muito vantajosas para os nossos alunos, a saber: Bombeiros Voluntário de Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, Centro de Saúde, Direção Regional do Desporto/Complexo Desportivo das Laranjeiras, Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, Juntas de Freguesia, Parque Natural de São Miguel/Ecoteca de Ponta Delgada, Polícia de Segurança Pública, Polícia Municipal de Ponta Delgada, Segurança Social e Universidade dos Açores entre outras.

5- PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGIA PARA 2019-2020 (MEDIDAS)

1. Melhorar a compreensão e interpretação dos enunciados. Elaborar trimestralmente uma questão formativa com duas ou mais instruções no 3º ano do primeiro ciclo e em Ciências Naturais, Educação Visual e Educação Tecnológica e Educação Física no 5º ano. No 7º ano as disciplinas de Ciências Naturais, Geografia e Educação Tecnológica e Música.
2. Melhorar a comunicação escrita dos alunos. Elaborar trimestralmente uma questão formativa (resposta aberta/produção de texto) para o 4º ano do primeiro ciclo, a disciplina de História e Geografia de Portugal e Educação Musical nos 5ºs anos de escolaridade. No 7º ano de escolaridade serão as disciplinas de História, Físico-química e Educação Visual.
3. Criação de espaços arborizados na EBI, construção de mobiliário exterior na EBI e decoração e apetrechamento dos espaços exteriores das EB1/JI com jogos didático-pedagógicos.

Ao longo do 1º período pretende-se reforçar a mobilização da comunidade educativa e a cooperação entre a Unidade Orgânica e parceiros sociais. De dezembro de 2019 a maio de 2020, projectar e executar as intervenções delineadas e de maio e junho 2020, inaugurar os projectos e intervenções efectuadas.

Todas estas medidas serão supervisionadas pelo grupo do Prosucesso da Escola Básica Integrada de Ginetes e pelo Conselho Executivo.

ANEXO 2

Departamento do 1º Ciclo Critérios de Avaliação

O **Domínio das Aprendizagens e Conhecimentos** contribui com um peso de **70%** para a avaliação das áreas curriculares e de **30%** no **Domínio das Atitudes e Comportamentos**.

Domínio das Atitudes /Comportamentos

Ponderação	Critérios	Instrumentos de avaliação
30 %	- É pontual e pontual.	- Registos de pontualidade e assiduidade. - Grelhas de observação. - Registos de comportamento. - Grelhas de autoavaliação.
	- Demonstra atenção/concentração.	
	- Revela interesse/empenho.	
	- Realiza atividades de forma autónoma, empenhada e criativa.	
	- Apresenta hábitos de estudo.	
	- Relaciona-se com tolerância e respeito com os colegas, assistentes operacionais e professores.	
	- Revela método e organização.	
	- Respeita as regras da sala.	
	- Cooperar com os outros em tarefas e projetos comuns.	
	- Revela espírito crítico.	

Classificação das fichas de avaliação

Relativamente à correção de fichas de avaliação e outros trabalhos a menção qualitativa a atribuir será de acordo com a seguinte tabela:

Percentagem	Avaliação qualitativa
0 a 19%	Insuficiente
20 a 49%	Insuficiente
50 a 69%	Suficiente
70 a 89%	Bom
90 a 100%	Muito Bom

CRITÉRIOS PARA MENÇÃO QUALITATIVA

Domínio dos Conhecimentos e Competências (70%)	
Insuficiente	O aluno não demonstra conhecimentos, ou demonstra pouquíssimos, e não os aplica ou aplica-os com muita dificuldade, não realiza ou realiza com muita dificuldade as tarefas propostas.
Suficiente	O aluno demonstra alguns conhecimentos, aplica- os razoavelmente e realiza algumas das tarefas propostas com algum êxito
Bom	O aluno demonstra conhecimentos, aplica-os com facilidade, realiza as tarefas com facilidade.
Muito Bom	O aluno demonstra excelentes conhecimentos, aplica-os com extrema facilidade e realiza todas as tarefas com excelente desempenho.
Domínio das Atitudes e Comportamentos (30%)	
Insuficiente	O aluno não cumpre as regras, revela comportamentos inadequados, demonstra falta de interesse/empenho, falta de atenção/concentração, não coopera com os colegas, não tem métodos de estudo/trabalho.
Suficiente	O aluno cumpre algumas regras, revela um comportamento satisfatório, demonstra algum interesse/empenho, alguma atenção/concentração, coopera com os colegas, quando solicitado, tem alguns métodos de estudo/trabalho.
Bom	O aluno cumpre as regras, revela bom comportamento, demonstra interesse/empenho, atenção/concentração, coopera com os colegas, tem métodos de estudo/trabalho.
Muito Bom	O aluno tem uma postura exemplar em todos os parâmetros no domínio das atitudes e valores.



Anexo 3

Projeto Curricular da Escola Básica Integrada de Ginetes

2019-2020



Autonomia e Flexibilidade Curricular

Documentos e legislação de referência

Lei de Bases do Sistema Educativo nº46/86 de 14 de outubro

Decreto-Lei nº55/2018 de 6 de julho

Portaria nº 226-A/ 2018 de 7 de agosto

Portaria n.º 59/2019 de 28 de agosto de 2019

Decreto Legislativo Regional nº 16/2019/A

Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória

Aprendizagens Essenciais de todas as componentes do currículo

Currículo Regional da Educação Básica

Projeto Educativo de Escola 2017-2020

Princípios orientadores

Decreto-Lei nº55/2018 de 6 de julho

1 — À conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens do currículo dos ensinos básico e secundário, assente numa definição curricular comum nacional, presidem os seguintes princípios orientadores:

a) Promoção da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assente numa abordagem multinível, no reforço da intervenção curricular das escolas e no caráter formativo da avaliação, de modo que todos os alunos consigam adquirir os conhecimentos e desenvolver as competências, atitudes e valores previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;

b) Concretização de um exercício efetivo de autonomia curricular, possibilitando às escolas a identificação de opções curriculares eficazes, adequadas ao contexto, enquadradas no projeto educativo e noutros instrumentos estruturantes da escola;

c) Garantia de uma escola inclusiva, que promove a igualdade e a não discriminação, cuja diversidade, flexibilidade, inovação e personalização respondem à heterogeneidade dos alunos, eliminando obstáculos e estereótipos no acesso ao currículo e às aprendizagens, assente numa abordagem multinível, que integra medidas universais, seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão;

- d) Reconhecimento dos professores enquanto agentes principais do desenvolvimento do currículo, com um papel fundamental na sua avaliação, na reflexão sobre as opções a tomar, na sua exequibilidade e adequação aos contextos de cada comunidade escolar;
- e) Envolvimento dos alunos e encarregados de educação na identificação das opções curriculares da escola;
- f) Promoção de maior articulação entre os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário, assumindo uma gestão integrada, articulada e sequencialmente progressiva do currículo;
- g) Valorização da identidade do ensino secundário enquanto nível de ensino que oferece aos alunos diferentes vias que procuram responder aos seus interesses vocacionais, livres de estereótipos, e permitem a consecução da escolaridade obrigatória, a inserção no mundo do trabalho e o prosseguimento de estudos para todos;
- h) Mobilização dos agentes educativos para a promoção do sucesso educativo de todos os alunos, assente numa lógica de coautoria curricular e de responsabilidade partilhada;
- i) Valorização da gestão e lecionação interdisciplinar e articulada do currículo, designadamente através do desenvolvimento de projetos que aglutinem aprendizagens das diferentes disciplinas, planeados, realizados e avaliados pelo conjunto dos professores do conselho de turma ou do ano de escolaridade;
- j) Flexibilidade contextualizada na forma de organização dos alunos e do trabalho e na gestão do currículo, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelem mais adequados para que todos os alunos alcancem o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- k) Conceção de um currículo integrador, que agregue todas as atividades e projetos da escola, assumindo-os como fonte de aprendizagem e de desenvolvimento de competências pelos alunos;
- l) Valorização dos percursos e progressos realizados por cada aluno como condição para o sucesso e concretização das suas potencialidades máximas;
- m) Assunção da importância da natureza transdisciplinar das aprendizagens, da mobilização de literacias diversas, de múltiplas competências, teóricas e práticas, promovendo o conhecimento científico, a curiosidade intelectual, o espírito crítico e interventivo, a criatividade e o trabalho colaborativo;
- n) Valorização da língua e da cultura portuguesas, enquanto veículos de identidade nacional;
- o) Valorização das línguas estrangeiras, enquanto veículos de identidade global e multicultural e de facilitação do acesso à informação e à tecnologia;
- p) Valorização da diversidade linguística dos alunos e da comunidade, enquanto expressão da identidade individual e coletiva;
- q) Assunção das artes, das ciências e tecnologias, do desporto e das humanidades como componentes estruturantes da matriz curricular das diversas ofertas educativas e formativas;
- r) Promoção da educação para a cidadania e do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social, ao longo de toda a escolaridade obrigatória;
- s) Valorização do trabalho colaborativo e interdisciplinar no planeamento, na realização e na avaliação do ensino e das aprendizagens;

t) Afirmação da avaliação das aprendizagens como parte integrante da gestão do currículo enquanto instrumento ao serviço do ensino e das aprendizagens;

u) Promoção da capacidade reguladora dos instrumentos de avaliação externa, valorizando uma intervenção atempada e rigorosa, sustentada pela informação decorrente do processo de aferição, no sentido de superar dificuldades nos diferentes domínios curriculares;

v) Valorização da complementaridade entre os processos de avaliação interna e externa das aprendizagens;

w) Reconhecimento da importância da avaliação interna e externa, bem como de outras modalidades específicas de avaliação que convoquem avaliadores externos, para efeitos de certificação dos ensinos básico e secundário.

Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória

Princípios

- a. Base humanista
- b. Saber
- c. Aprendizagem
- d. Inclusão
- e. Coerência e flexibilidade
- f. Adaptabilidade e ousadia
- g. Sustentabilidade
- h. Estabilidade

Valores

Responsabilidade e integridade
Excelência e exigência
Curiosidade, reflexão e inovação
Cidadania e participação
Liberdade

Áreas de competência a desenvolver



Figura 1: Esquema conceptual de definição de competência (Adaptado de: Progress report on the Draft OECD EDUCATION 2030 Conceptual Framework - 3rd Informal Working Group (IWG) on the Future of Education and Skills: OECD Education 2030)

- A - Linguagens e textos
- B – Informação e comunicação
- C- Raciocínio e resolução de problemas
- D – Pensamento crítico e pensamento criativo
- E – Relacionamento interpessoal
- F – Desenvolvimento pessoal e autonomia
- G – Bem-estar, saúde e ambiente

H – Sensibilidade estética e artística

I – Saber científico, técnico e tecnológico

J – Consciência e domínio do corpo



Caracterização geral da turma B do 6º ano turma piloto AFC

Este ano letivo, a turma é composta por treze crianças (duas foram transferidas por mudança de residência e outra veio transferida do Algarve), seis meninas e sete meninos, com idades compreendidas entre os onze e os catorze anos. Seis crianças têm onze anos, cinco têm doze, uma tem treze e duas têm catorze. A média de idades é 12,8. Uma das alunas está a frequentar o 6º ano pela terceira vez. Dois alunos estão inseridos no Núcleo de Educação Especial, beneficiando de Adequações Curriculares Individuais.

Quatro crianças são oriundas da freguesia dos Mosteiros, cinco são da freguesia dos Ginetes, três são da Várzea e uma é da Candelária.

É uma turma muito heterógena, com ritmos de trabalho, de estudo e de aprendizagem muito diferentes.

Alguns alunos têm demonstrado muitas dificuldades no relacionamento interpessoal, outros têm muitas dificuldades no raciocínio e resolução de problemas e outros demonstram muitas dificuldades na expressão oral e na produção escrita.

Por outro lado, nota-se um desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade em várias crianças. A cooperação, o trabalho em equipa e o desenvolvimento de pequenos trabalhos e projetos também melhorou consideravelmente.

Componentes do currículo	Carga horária semanal	Conselho de turma / Equipa pedagógica
Português	45x5=225'	Guida Medeiros
Inglês	45x3= 135'	Guida Medeiros
História e Geografia de Portugal	45x3= 135'	Ana Fonte
Matemática	45x5=225'	Gorete Fonseca e Sílvia Aguiar (coadjuvação)
Ciências Naturais	45x3= 135'	Gorete Fonseca
Educação Visual e Tecnológica	45x3= 135'	Maria de Fátima Costa e Paulo Lopes
Educação Física	45x3= 135'	Marco Fernando
Educação Musical	45x3= 135'	João Pascoal
Educação Moral Religiosa e Católica	45'	Marco Tavares
Cidadania e Desenvolvimento – CD	45x2=90' (alternados quinzenalmente com HGCA)	Guida Medeiros
História Geografia e Cultura dos Açores – HGCA	45x2=90' (alternados quinzenalmente com CD)	Ana Fonte e Gorete Fonseca
Oferta complementar de escola: Projetos Inovadores e Autónomos (PIA)*	45x4=280'	Ana Fonte, Gorete Fonseca, Guida Medeiros, João Pascoal, M ^a Fátima Costa, Marco Fernando e Paulo Lopes.

* Esta área assume-se como o espaço de reconstrução do currículo, numa perspetiva multidisciplinar, sustentada num funcionamento em par e / ou trio pedagógico, com recurso a abordagens mais ativas, nomeadamente o trabalho de projeto, aprendizagens baseadas em problemas e / ou desafios e aprendizagem cooperativa. Todas estas abordagens facilitam o desenvolvimento da autonomia dos alunos e a abertura da sala de aula à diversidade, aos outros e ao mundo.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – área de integração transversal, operacionalizada por todas as componentes do currículo.

Metodologias de trabalho privilegiadas

Trabalho cooperativo entre alunos e entre professores (coletivo, pequenos grupos e pares);
Trabalho de e por projeto, dando primazia aos temas / assuntos / problemas do interesse dos alunos (centrado nos alunos enquanto autores, proporcionando situações de aprendizagens significativas, interdisciplinares e onde todos aprendem com todos);
Trabalho prático e experimental;
Trabalho e estudo autónomos;
Partilha, apresentação e avaliação dos trabalhos/projetos realizados;
Divulgação na comunidade escolar e na comunidade envolvente dos projetos / trabalhos realizados;
Comunicações à turma;
Dramatizações;
Debates;
Leitura, análise e discussão de documentos de origem diversa;
Pesquisa de textos e imagens diversos;
Visionamento de filmes, vídeos, documentários e programas diversos;
Audição, criação e preparação de canções;
Jogos pedagógicos diversos;
Utilização das novas tecnologias de informação e comunicação;
Parcerias com membros da comunidade convidados;
Preenchimento de inquéritos diversos;
Produção de textos e / ou imagens;
Palestras, ações de sensibilização e *Workshops*;
Participação em concursos diversos;
Visitas de estudo;
Conselho de Cooperação Educativa em Cidadania e Desenvolvimento;
Diário da turma;
Criação do livro de escrita da turma;
Aulas no exterior;
Entre outras.

Avaliação Interna

1. Formativa

A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, recorrendo a uma variedade de procedimentos, técnicas e instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem;

A informação recolhida com finalidade formativa fundamenta a definição de estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional, permitindo aos professores, aos alunos, aos pais e encarregados de educação e a outras pessoas

ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.

A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação e permite obter informação privilegiada e sistemática nos diversos domínios curriculares, devendo, com o envolvimento dos alunos no processos de autorregulação das aprendizagens, fundamentar o apoio às mesmas, em articulação com dispositivos de informação dirigidos aos encarregados de educação.

2. Sumativa

A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação.

O juízo global conducente à classificação não prejudica o necessário reporte, assente em pontos de situação ou sínteses, sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, a qualidade das mesmas e os percursos para a sua melhoria. Na avaliação serão utilizados procedimentos, técnicas e instrumentos diversificados e adequados às finalidades, ao objeto em avaliação, aos destinatários e ao tipo de informação a recolher, que variam em função da diversidade e especificidade do trabalho curricular a desenvolver com os alunos

Mecanismos de monitorização das aprendizagens dos alunos

Autoavaliação escrita de todos os trabalhos / projetos realizados (individual, par ou grupo), apresentando os aspetos positivos e aqueles que precisam melhorar;

Avaliação dos pares (heteroavaliação), referindo sempre os aspetos positivos e só depois os que deverão ser aperfeiçoados / melhorados nos projetos/ trabalhos seguintes;

Avaliação oral e / ou escrita dos professores, referindo sempre os aspetos positivos e só depois os que deverão ser aperfeiçoados / melhorados nos projetos / trabalhos seguintes;

Autoavaliação mensal com *feedback* breve dos professores e dada a conhecer aos pais e encarregados de educação;

Autoavaliação das Aprendizagens Essenciais.

Instrumentos e estratégias de avaliação formativa e sumativa para todas as componentes do currículo

Comunicações à turma
Realização de projetos e /ou trabalhos
Apresentação de projetos e / ou trabalhos
Trabalhos Autónomos
Fichas de trabalho
Realização de trabalhos de grupo e / ou de pares
Concretização de trabalho prático, experimental-oficinal
Realização de projetos através da aplicação do método de resolução de problemas
Fichas de Avaliação
Mini fichas de avaliação
Questões aula
Produção de textos diversos

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

Caderno diário e / ou portfólio e/ ou caderno de estudo
Dramatizações
Debates
Preparação de visitas de estudo
Trabalhos extra (facultativos)
Listas de verificação
Utilização das tecnologias de informação e comunicação
Inquéritos
Grelhas de avaliação diversas (auto, heteroavaliação e avaliação dos professores)
Registos diários em grelha de observação direta
Outros que poderão surgir ao longo do ano

Crítérios de avaliação

AE: Conhecimentos, Capacidades e atitudes	DESCRITORES OPERATIVOS DE ACORDO COM O PERFIL DOS ALUNOS Á SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA	Descritores do Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória (transversal a todas as componentes do currículo)
Organização e métodos de trabalho e de estudo	<ul style="list-style-type: none"> . Apresenta clareza na definição e aplicação dos métodos de resolução de problemas/situações; . Trabalha com organização e rigor; . Apresenta o portefólio / capa / caderno diário organizados; . Cumpre com os prazos e trabalhos propostos; 	Conhecedor Sabedor Comunicador Culto
Investigação, pesquisa, recolha, seleção e tratamento de informação	<ul style="list-style-type: none"> . Investiga, pesquisa e recolhe informação, recorrendo a fontes diversas; . Seleciona e trata a informação recolhida; . Organiza a informação selecionada; 	Informado Leitor Sistematizador Organizador Questionador
Planificação e criação de projetos / trabalhos de natureza diversa	<ul style="list-style-type: none"> . Planifica os projetos/ trabalhos; . Cria projetos / trabalhos exequíveis; . É criativo, original, inovador e empreendedor; . Utiliza conhecimentos adquiridos; . Propõe alterações pertinentes aos projetos / trabalhos; 	Indagador Investigador Curioso Criativo Empreendedor
Execução e concretização de projetos / trabalhos de natureza diversa	<ul style="list-style-type: none"> . Executa e concretiza os projetos / trabalhos criados com rigor; . Conhece, compreende e aplica conceitos e terminologia específica nos diversos projetos / trabalhos elaborados (projetos individuais/ par/ grupo/ coletivo; trabalhos escritos; dramatizações; canções, fichas formativas, entre outros); . Executa o que projetou, tendo em conta a solução em estudo; . Conhece a linguagem correta para cada forma de expressão; . Domina as várias técnicas/formas de expressão; . Diversifica as várias técnicas/ formas de expressão; 	Crítico Analítico Responsável Íntegro Autónomo Participativo Colaborador Cooperativo Cuidador de si e do outro
Domínio	. Revela evolução nas aprendizagens;	Respeitador da

progressivo das aprendizagens e aplicação dos conhecimentos/procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> . Aplica os conhecimentos nos diferentes contextos básicos de aprendizagens e trabalho, tendo em conta as características de cada área curricular (PORT, ING, MAT, CN, EVT, HGP, EM, EF, CD, EMRC, PIA, HGCA); . Domina expressivamente as diversas técnicas e vocabulário de cada uma delas (planificar, pesquisar, investigar, selecionar, tratar, comunicar, apresentar, divulgar, ouvir, falar, argumentar, debater, escrever, ler, descrever, recontar, cortar, recortar, dobrar, colar, cantar, inovar, criar, imaginar, cooperar, colaborar, avaliar, entre outros); 	diferença do outro Auto e hetero avaliador
Apresentação, comunicação e divulgação	<ul style="list-style-type: none"> . Prepara as apresentações; . Apresenta com clareza e rigor os projetos / trabalhos produzidos; . Capta e mantém a atenção dos outros (postura corporal, expressão facial, clareza, volume e tom de voz, entre outros); . Produz um discurso coerente; . Diversifica os métodos de apresentação, comunicação e divulgação; . Esclarece as dúvidas apresentadas pelos colegas e professores; 	
Interesse Participação Criatividade Autonomia Cooperação Sociabilidade Tolerância Espírito crítico Espírito empreendedor Iniciativa	<ul style="list-style-type: none"> . Manifesta interesse e empenho pelos projetos/ trabalhos e tarefas propostos; . Participa nas atividades (individual/ par/ grupo/ coletivo); . Realiza as tarefas com criatividade e autonomia e tenta superar as suas dificuldades; . Cumpre e coopera com as regras dos trabalhos em execução; . Interage com todos os pares e professores; . É tolerante; . Revela espírito crítico, empreendedor e de iniciativa; 	
Assiduidade Pontualidade Cumprimento de compromissos e regras Respeito Responsabilidade Material Autoavaliação Heteroavaliação	<ul style="list-style-type: none"> . É assíduo e pontual; . Cumpre com as regras básicas de funcionamento da sala de aula, estabelecidas pela turma; . Intervém na aula, colocando o dedo no ar e aguardando pela sua vez; . Respeita as opiniões e ideias dos outros; . Demonstra respeito por si, pelos outros e pelo ambiente; . Acata as solicitações dos professores; . É sempre portador dos materiais necessários às aulas e é cuidadoso com eles; . Organiza o seu espaço de trabalho e deixa-o limpo e arrumado; . Aplica e revela cuidado com as normas de segurança e higiene no trabalho; . Avalia o trabalho realizado e aplica os parâmetros / critérios propostos e tidos em conta na execução dos trabalhos/projetos. 	



Ponderações

No ano letivo transato, a equipa pedagógica propôs ao Conselho Pedagógico que nesta turma não se espartilhasse as competências, pois era impossível fazê-lo com equidade. O Conselho Pedagógico deu parecer favorável à proposta.

As competências são combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes. Assim sendo, não se deverão dividir e atribuir ponderações às mesmas. Para além disso, as metodologias de trabalho que estão a ser desenvolvidas nesta turma não se coadunam com uma divisão quantitativa das competências.

Os documentos orientadores da Autonomia e Flexibilidade Curricular, nomeadamente o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, as Aprendizagens Essenciais de todas as áreas e o Decreto-Lei nº 55/2018 preconizam a realização de aprendizagens significativas e o desenvolvimento integral dos alunos e todos os intervenientes neste processo estão a trabalhar neste sentido.

As crianças estão a ser avaliadas qualitativamente em todos os trabalhos que realizam e nas suas atitudes, ou seja, com Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom, e, no final de cada período letivo, esta avaliação será convertida em níveis (1, 2, 3, 4 e 5), ou seja, avaliação quantitativa e sumativa.

A equipa pedagógica do 6ºB

Anexo 4

Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular
Turma dos Mochinhos – turma do 2º ano da EB1/JI Padre José Gomes
Pereira Titular de turma: Professora Carla Salgadinho Branco

	Indicadores/Descritores
Planeamento da autonomia	<ul style="list-style-type: none"> • A planificação do Plano Curricular da turma tem em consideração as características e as preferências dos alunos, da comunidade educativa e do contexto local. A turma do 2º ano tem idades compreendidas entre os sete e os nove anos. • A planificação prevê o desenvolvimento da interdisciplinaridade (DAC, desenvolvimento de projetos...). • O desenvolvimento de trabalho interdisciplinar e de articulação curricular é sustentado em práticas de planeamento conjunto de estratégias de ensino e de aprendizagem (incluindo os procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação).

	Indicadores/Descritores
Desenho curricular	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos são envolvidos no desenho das opções curriculares. • O currículo e as ações estratégicas de ensino estão adequados às características específicas da turma impactando na consolidação, aprofundamento e enriquecimento das Aprendizagens Essenciais. • Há uma aproximação entre a escola e a família, privilegiando a comunicação entre os diversos agentes educativos. • São privilegiadas dinâmicas de trabalho pedagógico de natureza interdisciplinar e de articulação disciplinar, concretizadas numa ação educativa que permite: <ul style="list-style-type: none"> – uma atuação preventiva que permita antecipar e prevenir o insucesso escolar; – a implementação das medidas multinível, universais, seletivas e adicionais, que se revelem ajustadas à aprendizagem e inclusão dos alunos; – a rentabilização eficiente dos recursos e oportunidades existentes na escola e na comunidade; – a adequação, diversidade e complementaridade das estratégias de ensino e aprendizagem, bem como a produção de informação descritiva sobre os desempenhos dos alunos; – a regularidade da monitorização, avaliando a intencionalidade e o impacto das estratégias e medidas adotadas.

	Indicadores/Descritores
Concretização	<ul style="list-style-type: none"> • DAC – Domínios de Adequação Curricular (interdisciplinaridade) – Português e Estudo do Meio, Estudo do Meio e Expressões. • Criação da disciplina “Meditação”. • Aulas em Co-docência – Expressão Plástica com a professora Fátima Costa (todas as sextas-feiras das 11:00 às 12:30) e Matemática com a Prof DA (todas as segundas-feiras das 11:00 às 12:30 e 4ª feiras ds 9:00 às 10:30). • As práticas pedagógicas incorporam os domínios de Cidadania e Desenvolvimento exploram o contacto com a comunidade local. • A organização dos tempos letivos e dos momentos de pausa permite o desenvolvimento dos projetos. • Os critérios de constituição dos grupos e das turmas são compatíveis com a realização dos projetos. • Sempre que possível, alguns projetos são desenvolvidos com a participação ativa dos encarregados de educação.
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos são envolvidos na avaliação da eficácia das opções curriculares. • Os procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação consideram os processos e os trabalhos desenvolvidos pelos alunos. • A avaliação incide sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por referência as Aprendizagens Essenciais. • A diversidade de métodos, técnicas e instrumentos de avaliação permitem/visam: <ul style="list-style-type: none"> – a partilha de objetivos de aprendizagem e critérios de sucesso; – a análise das atividades/tarefas de aprendizagem; – a análise de trabalhos individuais e de grupo; – a criação de registos de observação; – a utilização de técnicas e instrumentos de <i>feedback</i>; – a realização de auto, hetero e coavaliação; – a realização de testes; – a adequação às opções curriculares, colocando em evidência outros instrumentos além dos testes. – a compilação de trabalhos feitos nas aulas e em casa, num portefólio. • O reajustamento do planeamento depende dos resultados da avaliação (e é monitorizado regularmente).

Matriz Curricular da turma

Componentes do currículo			Mínimo de horas semanais	
Áreas Curriculares disciplinares	Nucleares		Português	6
			Matemática	6
Áreas Curriculares disciplinares			Estudo do Meio	4,5
			Expressões	3,75
			Meditação	2,25
	De enriquecimento	De oferta e frequência obrigatória	Língua Estrangeira Inglês	2 x 45'
Áreas Curriculares não disciplinares	Nucleares		Cidadania e Desenvolvimento	Transversal às demais disciplinas